



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

THYELE SIQUEIRA PEREIRA

**RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO: IDENTIDADE DA MULHER
NEGRA E PROFESSORA DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO NORDESTE DO PARÁ**

BRAGANÇA-PA
AGOSTO – 2019

THYELE SIQUEIRA PEREIRA

**RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO: IDENTIDADE DA MULHER
NEGRA E PROFESSORA DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO NORDESTE DO PARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação, Campus Universitário de Bragança - Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Dra. **Raquel Amorim dos Santos**

BRAGANÇA-PA
AGOSTO- 2019

THYELE SIQUEIRA PEREIRA

**RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO: IDENTIDADE DA MULHER
NEGRA E PROFESSORA DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO NORDESTE DO PARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação, Campus Universitário de Bragança - Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção do grau de Licenciada Plena em Pedagogia.

Aprovada em: ___/___/___

Conceito: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Raquel Amorim dos Santos – Orientador
Universidade Federal do Pará – UFPA

Prof^a. Msc. Nádia Sueli Araújo da Rocha- Avaliadora
Universidade Federal do Pará - UFPA

Profa. Dr. Rogério Andrade Maciel- Avaliador
Universidade Federal do Pará - UFPA

Dedico esse trabalho a Deus, pois, foi meu sustento durante todo esse percurso, sem seu direcionamento tudo isso não seria possível.
À minha querida mãe Maria de Fátima Siqueira por todo o amor e cuidado.
Ao meu namorado Alan Moreira pelo apoio e compreensão.
À minha família pelo carinho e incentivo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que permitiu a realização dessa grande conquista em minha vida, me fortaleceu e motivou a superar as dificuldades diárias durante todo esse percurso, agradeço ainda por todos os dias me proteger e guardar durante as viagens para universidade.

À minha família em especial minha mãe Maria de Fátima pelo apoio e incentivo nas horas de dificuldade e por sempre acreditar no meu potencial. Muito obrigada por todo o amor e carinho que têm para comigo.

Ao meu namorado Alan que esteve comigo desde o início dessa jornada, obrigada pela compreensão, pelo apoio e palavras de incentivo nos momentos difíceis, dias após dias, e por ter sido paciente e parceiro sempre.

À minha querida Orientadora Prof^a Dr^a Raquel Amorim dos Santos pela paciência, pelas contribuições e ensinamentos ao longo da elaboração desse trabalho. Muito obrigada pela sensibilidade e empenho com que aceitou o convite para me orientar e por ter confiado em meu potencial.

À Banca Examinadora por ter aceitado o convite em participar da avaliação desse estudo e pelas valiosas contribuições.

Aos meus amigos de curso Luane, Larissa, Matheus e Luciana pelo apoio, pelas conversas e por estarem comigo durante esse período importante em minha formação acadêmica.

À minha prima Elma Clara pela disponibilidade e contribuições.

Às professoras do município de Tracuateua-PA que se dispuseram a participar da pesquisa para o enriquecimento desse estudo.

À Faculdade de Educação e a todos os professores que enriqueceram com suas vivências e conhecimentos essa etapa da minha formação acadêmica.

À todas as pessoas que de alguma forma me ajudaram na concretização dessa conquista.

Muito obrigada!

*A trajetória de vida das professoras negras
reflete a trajetória de todas as mulheres negras.
Uma trajetória de luta, resistência, emoção e
muita dor.*

Nilma Lino Gomes (1995, p.116).

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO: IDENTIDADE DA MULHER NEGRA E PROFESSORA DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO NORDESTE DO PARÁ¹

Thyele Siqueira Pereira²

Raquel Amorim dos Santos³

RESUMO

Esse estudo objetivou analisar a identidade de professoras negras na Educação Básica no município de Tracuateua-PA. Para tanto, elaboramos o seguinte problema de pesquisa: Como a identidade de professoras negras foi/está sendo construída na Educação Básica no município de Tracuateua-PA? O estudo esteve pautado na pesquisa de abordagem qualitativa, com aplicação em pesquisa de campo, o instrumento de coleta de dados foi o questionário semiestruturado. A amostragem foi constituída por 15 (quinze) professoras negras. Os dados coletados foram analisados a partir da análise do discurso ideológico (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2014), dando ênfase aos discursos mais expressivos. Os resultados evidenciam que as professoras negras de Tracuateua no nordeste do Pará se auto identificaram como mulheres negras (pretas e pardas), suas identidades foram construídas em meio a uma realidade social marcada pelas relações de discriminação racismo e segregação. Esse estudo revela ainda que a escola é permeada pelo racismo e discriminação, vivenciados diariamente pelos sujeitos envolvidos no processo educativo. A principal conclusão desse estudo revela que algumas mulheres negras e professoras sofreram discriminações e preconceitos durante sua trajetória de vida, isso marcou a construção de sua identidade étnico-racial e as fizeram compreender a importância da luta por uma Educação antirracista.

PALAVRAS-CHAVE: Professoras negras, Identidade, Relações Étnicos-Raciais e Gênero.

¹Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação do Campus de Bragança/UFPA.

²Concluinte do Curso de Licenciatura em Pedagogia, Faculdade de Educação, Campus de Bragança, Universidade Federal do Pará. E-mail: thyele.siqueira@gmail.com

³Professora Orientadora. Doutora em Educação. Professor Adjunto da Universidade Federal do Pará, com pesquisa em áreas de Currículo, Formação de Professores e Relações Étnico-Raciais. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação de Professores e Relações Étnico-Raciais (GERA/UFPA), Campus de Bragança. E-mail: rakelamorim@yahoo.com.br

ABSTRACT

This study aimed to analyze the identity of black teachers in Basic Education in the municipality of Tracuateua-PA. To this end, we elaborate the following research problem: How the identity of black teachers was/is being built in Basic Education in the municipality of Tracuateua-PA? The study was based on the qualitative approach research, with application in field research, the data collection instrument was the semi-structured questionnaire. The sample consisted of 15 (fifteen) black teachers. The data collected were analyzed from the analysis of ideological discourse (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2014), emphasizing the most expressive discourses. The results show that the black teachers of Tracuateua in northeastern Pará identified themselves as black women (black women and brown), their identities were built in the midst of a social reality marked by the relationships of racism discrimination and segregation. This study also reveals that the school is permeated by racism and discrimination, experienced daily by the subjects involved in the educational process. The main conclusion of this study reveals that some black women and teachers suffered discrimination and prejudice during their lifetime, this marked the construction of their ethnic identity and made them understand the importance of the fight for an anti-racist education.

KEY WORDS: Black Teachers, Identity, Ethnic-racial Relations and Gender.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como tema as relações étnico-raciais e de gênero, analisa a identidade de professoras negras do município de Tracuateua no Nordeste do Pará. As relações étnico-raciais são compreendidas como as relações construídas histórico-socialmente em meio às relações de poder, nas quais se configuram como valorização das diferenças raciais, étnicas e culturais, e se estabelecem no contexto histórico, político, social e cultural (GOMES, 2010; VERRANGIA, SILVA 2010).

Trata-se de relações que foram enraizadas no contexto histórico por meio das quais os sujeitos constroem laços de pertencimento racial a determinados grupos étnicos. Ao definirmos o campo das relações étnico-raciais, precisamos compreender alguns conceitos basilares para esse estudo dentre eles, destacamos a *etnia*⁴ e *raça*⁵. O termo *etnia* nesse estudo é compreendido segundo Gomes (2010) como os grupos cujos membros compartilham de valores, culturas, tradições, territórios, bem como, a língua e interesses em comuns. Entendemos o conceito de *raça* como um construto histórico-social e cultural, que influencia diretamente nas práticas e organizações sociais (GUIMARÃES, 2012; GOMES, 2010, SANTOS, 2014). *Raça* é um conceito essencial para analisarmos as relações de desigualdades socialmente estabelecidas.

Ao analisarmos as desigualdades sociais e raciais relacionadas à mulher negra, inclusive no campo educacional percebemos que o magistério era restrito apenas aos homens. Dessa forma, as mulheres de modo geral, especialmente as mulheres negras eram excluídas da profissão de professoras. (LOURO, 1997; DAVIS, 2016).

A partir do contexto histórico e social de exclusão das mulheres negras no Brasil, sobretudo no campo da educacional, optamos por investigar a identidade das professoras negras, aqui compreendidas como pretos e pardos⁶ conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que atuam como professoras da Educação Básica no Município de Tracuateua, no nordeste do Pará.

⁴Para Gomes (2010, 2005) o uso do conceito de *etnia* ganhou força acadêmica para se referir aos ditos povos diferentes: judeus, índios, negros, entre outros. A intenção era enfatizar que os grupos humanos não são marcados por características biológicas, mas, sim, por processos históricos e culturais (p.24).

⁵O importante a sublinhar sobre as teorias raciais, contudo, não é de ordem biológica. Essas teorias estavam menos interessadas em conhecer e explicar a diversidade biológica e genética humana que em explicar a variação dos costumes, das culturas e das formas de sociabilidade dos povos. A sua premissa era de que as raças humanas tinham diferentes capacidades e habilidades em termos morais, psicológicos e cognitivos e de que era essa diferenciação que explicaria o variado grau de desenvolvimento das nações e civilizações na terra. Ou seja, passava-se da explicação pela geografia e pelo clima para a explicação pela constituição biológica dos indivíduos (GUIMARÃES, 2007, p. 11-12)

⁶Para Schwarcz (2012) [...] pardo é, pois, um termo paradoxal e de difícil tradução. Na linguagem oficial, representa uma incógnita, já na popular tem cor definida e é silencioso, à semelhança do racismo vigente no país. Esse termo surge como uma espécie de etc (p. 98).

Nesse sentido, por se tratar de um estudo cujos sujeitos são mulheres negras é importante compreendermos como as relações de gênero se definem. Partimos do conceito de Louro (1997) que define gênero como uma construção histórica e social que constitui a identidade dos sujeitos, na qual busca refletir sobre as diferenças sociais tendo como base os sexos. Dessa forma, compreendemos gênero vinculado ao contexto histórico e social, bem como, constituído por características que são representadas em nossa identidade. Nesse estudo, a análise na perspectiva das relações de gênero diz respeito à mulher negra na condição de professora.

Pensar as relações étnico-raciais e de gênero exige refletirmos sobre o debate acerca da identidade, cuja discussão amplia-se, nos últimos anos, tanto pelos movimentos sociais⁷ como pela literatura acadêmica, estabelecendo uma discussão que diz respeito ao sujeito enquanto ser histórico e social (GOMES, 2005; HALL, 2005).

Segundo Hall (2005) a identidade não é imutável, ela é construída a partir das relações sociais estabelecidas entre os sujeitos, os quais constroem suas diferentes identidades sociais (de gênero, étnica, sexual, entre outras), e por ser flexível está sujeito a transformações e mudanças. Hall (2005, p. 21) ainda afirma que “[...] a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, mas, pode ser ganhada ou perdida [...]”. Dessa forma, o sujeito pode assumir diferentes identidades em diferentes momentos históricos.

A identidade racial, nesse estudo, é compreendida como um construto histórico, social, cultural e plural, que contribui para a afirmação e pertencimento a um determinado grupo étnico-racial a partir da relação com o outro (GOMES, 2005). Construir uma identidade que valorize a cultura negra é um grande desafio, uma vez que vivemos em uma sociedade que hierarquiza e estigmatiza o ser negro, como inferior ou até mesmo subalterno (GOMES, 2005). Esse desafio se torna ainda maior quando se trata da identidade de mulheres negras, haja vista que, ao longo de todo o processo histórico as mulheres negras foram invisibilizadas e discriminadas, marcadas pela ausência de referenciais positivos do ser negra, porém, as mulheres negras se mantiveram em constante luta pelos seus direitos em sociedade.

As relações sociais demarcam o lugar da mulher nos diferentes campos sociais (educação, política, mercado de trabalho), tanto da mulher branca como da mulher negra.

⁷ O movimento negro surgiu após a proclamação da República, em grupos distintos que realizavam mobilizações raciais. Em 1931, tornou-se a Frente Negra Brasileira, organização que posteriormente efetivou-se como partido político, todavia extinto durante o Regime de Ditadura (DOMINGUES, 2008, p.100). O feminismo, enquanto movimento social é um movimento essencialmente moderno, surge no contexto das ideias iluministas e das ideias transformadoras da Revolução Francesa e da Americana e se espalha, em um primeiro momento, em torno da demanda por direitos sociais e políticos (COSTA, 2005, p.1)

Enquanto às mulheres negras eram destinadas ao trabalho doméstico e nas lavouras, as mesmas ainda serviam para satisfazer as necessidades sexuais de seus senhores, para as mulheres brancas eram destinadas as funções de esposa, dona de casa e mãe dos filhos legítimos (SAFFIOTI, 1976).

No campo educacional o contexto era de segregação, o magistério por ser uma profissão para o sexo masculino, era exercido inicialmente pelos jesuítas. Nas escolas o que predominava era a educação voltada para os preceitos religiosos, o mestre teria que ser homem e de preferência um religioso. O que desconsiderava as mulheres negras e brancas do contexto educacional (LOURO, 1997).

Com o surgimento do feminismo essas definições acerca do lugar da mulher na sociedade foram desestabilizadas. O movimento feminista têm suas primeiras iniciativas como um movimento organizado por volta de meados do século XIX, no Brasil ele se consolida por volta da metade do século XX (BANDEIRA, 2000). Seu objetivo inicialmente estava relacionado à luta por direitos políticos. O movimento sufragista feminino⁸ se configura como a primeira vertente do Movimento feminista, a mais marcante e organizada, foi liderada por Bertha Lutz⁹, representou a luta pelo direito ao voto das mulheres brancas, bem como, a integração da mulher na sociedade enquanto um sujeito político que deve ter o direito de votar e ser votada (LOURO, 1997; PINTO, 2003).

Nesse período no campo educacional iniciava-se a feminização¹⁰ do magistério, Louro (1997, p. 95) afirma que: “[...] no Brasil é possível identificar algumas transformações sociais que, ao longo da segunda metade do século XIX, que vão permitir não apenas a entrada das mulheres nas salas de aula, mas, pouco a pouco, o seu predomínio como docentes”. Vale ressaltar que as mulheres que podiam exercer a profissão do magistério eram brancas e de classe social privilegiada, as mulheres negras eram excluídas, fato que legitimava as desigualdades sociais (LOURO, 1997).

⁸ “Na virada do século, as manifestações contra a discriminação feminina adquiriram uma visibilidade e uma expressividade maior no chamado "sufragismo", ou seja, no movimento voltado para estender o direito do voto às mulheres”. (LOURO, 1997, p. 15)

⁹ Bióloga, cientista, estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando a luta pelo voto. Foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que fez campanha pública pelo voto[...] (PINTO, 2010, p. 16).

¹⁰ A ocupação do magistério pelas mulheres deu-se efetivamente pelo aumento do número de vagas e, segundo alguns historiadores, pelo abandono dos homens desse campo profissional. A retirada dos homens em busca de outros empregos mais bem remunerados teria permitido que seus lugares fossem ocupados pelas mulheres, e alguns autores, aliás, arriscam a hipótese de que era desonroso e até humilhante para os homens exercer essa profissão. (ALMEIDA, 1998, p. 66).

As lutas do movimento feminista, invisibilizaram as mulheres negras, algumas defensoras dos direitos das mulheres negras criticavam o feminismo por vezes demonstrarem atitudes segregadoras e racistas, inclusive no que se refere à luta pelo sufrágio feminino (DAVIS, 2016).

A segunda vertente do feminismo se estabelece a partir de protestos e manifestações promovidos por mulheres articuladas com a imprensa, jornais e outros meios de comunicação, que questionavam várias questões da vida social da mulher (PINTO, 2003). Nesse sentido, a segunda vertente do movimento feminista tem com o objetivo problematizar o direito à Educação e as relações de subordinação enfrentadas pelas mulheres. Além disso, começa-se a discutir sobre assuntos até então considerados proibidos pela sociedade, é a partir da segunda vertente que o movimento feminista ganha força no Brasil (PINTO, 2003).

No contexto educacional na primeira metade do século XX o processo de feminização se consolida por conta da desvalorização da profissão docente e a migração dos homens às profissões “elitizadas” e com *status* social, nesse período o magistério já estava majoritariamente ocupado por mulheres, porém, havia um controle no que se refere aos conteúdos ministrados. O magistério era visto como uma extensão do ambiente doméstico, entretanto há uma resistência da sociedade em aceitar as mulheres negras na profissão docente. (GOMES, 2000, ALMEIDA, 1998; VIANA, 2013; TANURI, 2000; MULLER, 1999).

A ausência das mulheres negras no campo educacional é resultado dos mecanismos de exclusão incorporados pela sociedade. A mulher negra precisava ingressar precocemente no mercado de trabalho para ajudar financeiramente sua família, dessa forma, ingressavam nas profissões que lhes absorviam com facilidade, a exemplo das profissões de domésticas e lavadeiras (DAVIS, 2016).

A terceira vertente, nos anos 1990, evidencia-se nas lutas do movimento anarquista¹¹ e do pensamento comunista¹², no que se refere à libertação da mulher e o combate à exploração do trabalho feminino (PINTO, 2003). Nessa terceira vertente do movimento feminista há um grande número de produções acadêmicas, a exemplo do clássico de Simone de Beauvoir “O

¹¹O anarquismo tem sua história desenvolvida no seio das grandes lutas de classe do século XIX, quando foi teorizado por Proudhon, e tomou corpo em meio à Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), com a atuação de Bakunin, Guillaume, Reclus e outros que defendiam o socialismo revolucionário, em oposição ao socialismo reformista, legalista ou estatista. Esta tendência da AIT foi futuramente conhecida por “federalista” ou “antiautoritária” e teve sua continuidade na militância de Kropotkin, Malatesta e outros (RUDOLF DE JONG, 2008, p. 8).

¹² Comunismo é um movimento político que surge com a Revolução Russa e que se espalha por todo o mundo, possuindo como base teórica o corpo teórico do Marx.

Segundo Sexo¹³” no sentido de protestar acerca do papel da mulher na sociedade, nesse período o conceito de gênero começa a ser pensado a partir do campo científico (PINTO, 2003; ALMEIDA, 1998).

No campo educacional, em meio às ações do movimento negro nos anos 1990, “a demanda por ações afirmativas já se fazia presente como proposição para a educação superior e o mercado de trabalho” (GOMES, 2003, p. 739). As mulheres negras ainda eram invisibilizadas no contexto educacional, apesar do processo de feminização do magistério ter se consolidado, ainda havia uma relutância em aceitar as mulheres negras na profissão de professora. Desse modo, as Políticas de Ações afirmativas¹⁴ são pensadas no sentido de reparar as desigualdades estabelecidas socialmente.

A quarta onda do feminismo surge a partir das reivindicações, sobretudo do feminismo negro. Segundo Matos (2010, p.87) “A luta feminista (e também a luta por direitos humanos), em sua “quarta onda”, reforça o princípio da não-discriminação com base na raça, etnia, nacionalidade ou religião”. Essa vertente do movimento amplia o debate sobre as relações de subordinação vividas pelos grupos excluídos da sociedade. Nesse período, o movimento de mulheres negras intensifica os debates acerca das relações interseccionais vivenciadas pelas mulheres negras na sociedade.

O movimento feminista negro surgiu no Brasil, no final da década de 1970, em defesa da valorização da identidade da mulher negra, com discussões e manifestações contra o racismo e o sexismo ligados ao conceito de interseccionalidade¹⁵. Nesse sentido, Sotero (2013, p.36) afirma que o “[...] foco do feminismo negro é salientar a diversidade de experiências tanto de mulheres quanto de homens e os diferentes pontos de vista possíveis de análise de um fenômeno, bem como marcar o lugar de fala de quem a propõe”.

O movimento das mulheres negras ganha voz e suas lutas por direitos igualitários e pela valorização da identidade da mulher negra se intensificam, elas buscavam denunciar a estrutura de sociedade desigual que segrega, discrimina e estigmatiza a mulher negra, enfatizando as discussões sobre a igualdade de raça, classe e gênero (DAVIS, 2016).

¹³ Obra intitulada *Le deuxième sexe*, publicado em 1949 e traduzido para o português como O Segundo Sexo. Simone Beauvoir “[...] aborda as raízes da opressão feminina e analisa o desenvolvimento psicológico da mulher bem como as condições sociais [...]” (ALVES; ALVES, 2013, p. 115).

¹⁴As Políticas de Ações Afirmativas têm por objetivo eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros (SANTOS, 1999, p. 25).

¹⁵A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002, p. 177).

A visibilidade e questionamentos promovidos pelo feminismo negro evidenciou o debate sobre gênero em uma perspectiva mais diversificada, bem como promoveu um enfoque às situações de subordinação que as mulheres negras sofriam, nos diversos espaços, sociais, político, educacional e outros (SILVA, 2013).

Essa discriminação historicamente estabelecida em nossa sociedade, inclusive no âmbito educacional, despertou o desejo de investigar como a identidade negra de professoras foi construída ao longo de suas trajetórias de vida.

O interesse pela temática se inicia a partir de algumas atividades curriculares do Curso de Pedagogia na disciplina de Didática e Formação Docente¹⁶ na qual produzimos um artigo sobre Formação de professores e relações étnico-raciais. Posteriormente, na disciplina Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação Infantil¹⁷, na qual foi realizado um levantamento, cujos sujeitos da pesquisa eram professoras da Educação Básica, um dos questionamentos da pesquisa indagava sobre identidade racial, nessa ocasião foi possível perceber que muitas professoras não se reconheciam como mulheres negras. Esses resultados foram inquietantes e despertaram o interesse em aprofundar a temática e pesquisar para o Trabalho de Conclusão de Curso a identidade de professoras negras que atuam na Educação Básica em Tracuateua, no Nordeste do Pará. Assim, buscamos compreender como a identidade negra de professoras foi/está sendo construída na Educação Básica.

A contribuição desse estudo para a sociedade brasileira está relacionada ao fato de que essa pesquisa colabora no sentido de desmistificar o mito da democracia racial¹⁸ disseminado na sociedade brasileira, especialmente a análise sobre a mulher/professora negra no Nordeste do Pará que pode contribuir para a valorização da identidade da mulher negra, uma vez que busca compreender a partir dos discursos de professoras negras, como a identidade dessas mulheres foi/está sendo construída, seja de afirmação e pertencimento, ou até mesmo de negação de sua identidade.

Esse estudo é pioneiro no Campus Universitário de Bragança, pois realiza uma incursão sobre a identidade de mulheres negras na condição de professoras da Educação Básica. Ao realizarmos um levantamento nos Trabalhos de Conclusão de Cursos (TCC) da

¹⁶Disciplina ministrada pela Profa. Dra. Raquel Amorim dos Santos, Faculdade de Educação (FACED), Campus Universitário de Bragança.

¹⁷Disciplina ministrada pela Profa. Dra. Ana Paula Vieira e Souza, Faculdade de Educação (FACED), Campus Universitário de Bragança-PA.

¹⁸O mito da democracia racial pode ser compreendido, então, como uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do racismo, afirmando que existe entre estes dois grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamento. Esse mito pretende, de um lado, negar a discriminação racial contra os negros no Brasil, e, de outro lado, perpetuar estereótipos, preconceitos e discriminações construídos sobre esse grupo racial (GOMES, 2005, p. 57).

Faculdade Educação e no Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia (PPLSA), percebemos que existem produções no campo da identidade, mas não são voltadas para a mulher negra. No Curso de Licenciatura em Pedagogia, entre os anos de 2014 a 2018 com o descritor identidade foram localizados 03 (três) trabalhos. Destes, 1 (um) corresponde a identidade profissional do professor de Educação Infantil; 01 (um) analisa a identidade negra a partir dos discursos de crianças da Educação Infantil e 01 (um) que investiga sobre identidade e relações de gênero, por meio do diálogos com os jovens e adultos.

No Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes da Amazônia (PPLSA), desde sua criação em 2011, encontramos um total de 04 (quatro) dissertações voltadas para o campo da identidade. Destas, 01 (uma) aborda identidade e religiosidade e 03 (três) discutem identidade e territorialidade. No Programa de Pós-Graduação e também no Curso de Pedagogia não foram encontrados trabalhos sobre Identidade de mulheres negras e professoras da Educação Básica.

Esse estudo possui relevância pessoal significativa, visto que como mulher negra percebo o quanto ainda é preciso expandir os estudos relacionados à identidade da mulher negra na sociedade brasileira, buscando valorizar e difundir a cultura afro-brasileira, para que assim as mulheres negras possam construir suas identidades de maneira positiva.

A pesquisa parte da proposição que as professoras negras que atuam na Educação Básica do Município de Tracuateua-PA não apresentam uma identidade voltada para o pertencimento racial que valorize o ser negro, sobretudo na profissão docente.

A partir da problematização do estudo nos inquietamos e questionamos: Como a identidade de professoras negras foi/está sendo construída na Educação Básica no município de Tracuateua-PA? Para compreender o problema de pesquisa partimos das seguintes questões norteadoras: Qual a percepção de professoras negras sobre as relações étnico-raciais?; Como se deu o processo de construção do ser professora e mulher negra na Educação Básica?

A pesquisa tem por objetivo geral analisar como a identidade de professoras negras foi/está sendo construída na Educação Básica em Tracuateua-PA. Como objetivos específicos apresentamos: Investigar a percepção das professoras negras sobre as relações étnico-raciais; Examinar a construção do ser professora e mulher negra da Educação Básica; .

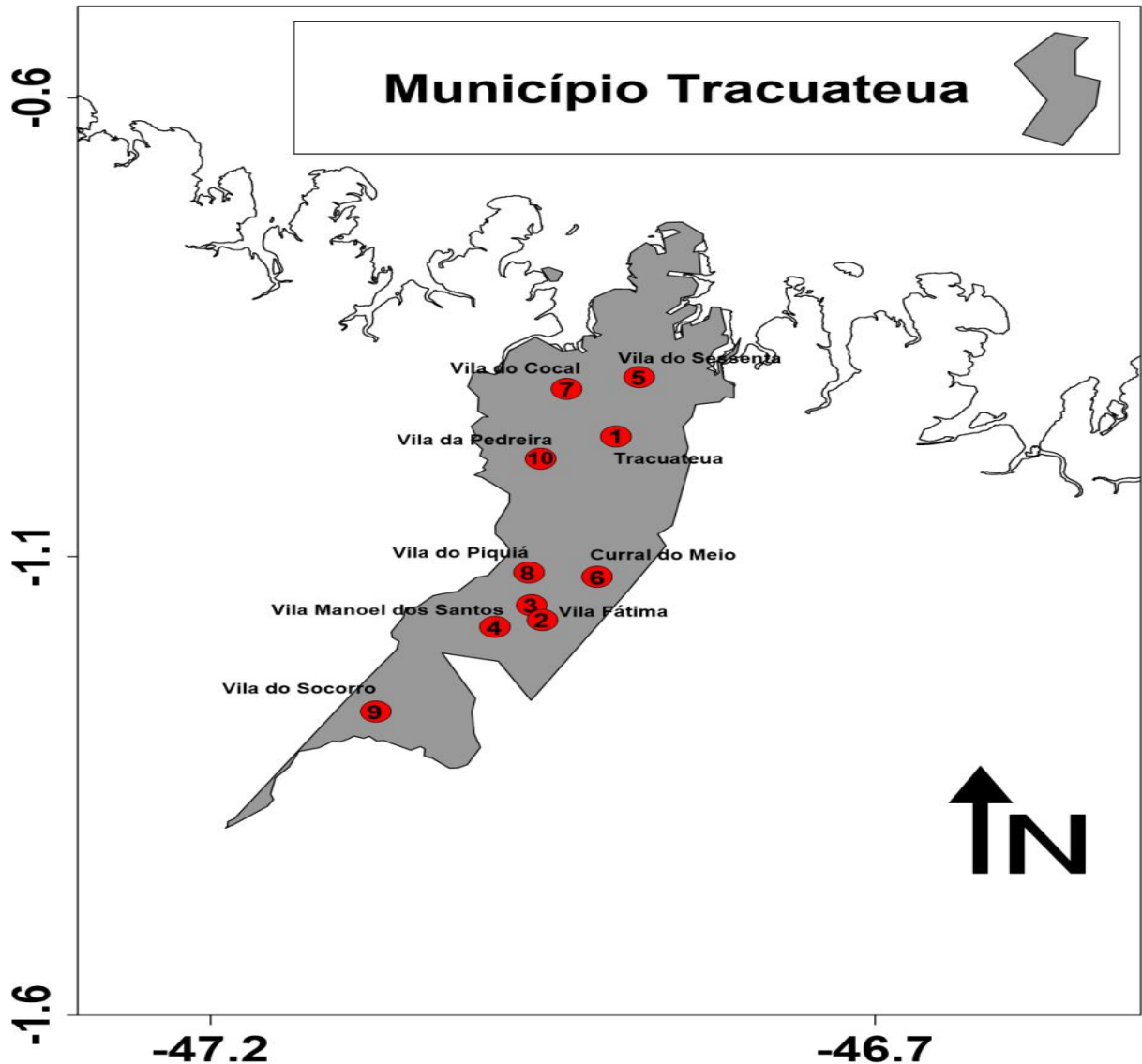
2 METODOLOGIA

2.1 Área de estudo

O referido estudo foi realizado no Nordeste do Estado do Pará, Microrregião Bragantina, mais especificamente no Município de Tracuateua (Figura I). Ele foi emancipado em 29 de setembro de 1994, compreende 934,3 km². De acordo com os dados do último censo demográfico 2010, a população totalizava 27.455 habitantes, tendo densidade demográfica 29,39 hab./km². Os habitantes representam uma mistura de indígenas, quilombolas, portugueses além de migrantes de diversos estados do Brasil (FAPESPA, 2016). A economia do Município de Tracuateua se concentra predominantemente no comércio, serviços, na agropecuária e administração pública (FAPESPA, 2016).

O estudo ocorreu em escolas das regiões do campo e área urbana, totalizando 10 (dez) escolas, das quais 9 (nove) pertencem as regiões campestres situadas na Vila Manoel dos Santos, Vila Fátima, Vila Piquiá, Vila Pedreira, Vila do Cocal, Vila do Sessenta, Curral do Meio e Vila Socorro e 1 (uma) escola localizada na região urbana no Bairro Água Fria na Município de Tracuateua-PA como se visualiza no mapa a seguir:

FIGURA 1: Mapa do município de Tracuateua-PA



FONTE: Elaborado pelas autoras, 2019.

A figura I delimita o espaço territorial do município de Tracuateua-PA, destacando a localização das Comunidades, onde a coleta de dados foi realizada. As escolas estão representadas no mapa por suas Comunidades e sinalizadas pelos números de 1(um) a 10 (dez), respectivamente, a saber: (1) EMEIF Raimundo Pinheiro de Melo, (2) EMEIF Valdemar Pinheiro da Silva e (03) EMEF Edom Nascimento Pinheiro, (04) refere-se a EMEIF José Moreira Ramos, (05) a EMEIF José Silveira Batista, (06) EMEIF Raimundo Olímpio de Moraes, (07) situa a EMEIF Professora Maria Lucimar de Castro Castelo Branco, (08) EMEIF Bento Saraiva da Silva, (09) EMEIF Odilon Holanda Pontes e (10) a EMEIF João de Deus Rosa Reis. O diálogo com as professoras das respectivas escolas contribuiu para

compreendermos a identidade da mulher negra e professora da Educação Básica no Nordeste do Pará.

2.2 Coleta de dados

Para a realização da coleta de dados, inicialmente, fizemos uma visita na Secretaria Municipal de Educação (SEMED), posteriormente entrou-se em contato com as professoras por meio da formação continuada¹⁹ oferecida pela SEMED com o objetivo de atingir um número expressivo de mulheres professoras que se autodeclaravam negras. Nessa formação, identificamos um quantitativo de 15 mulheres professoras que se dispuseram a participar da pesquisa. A partir desse aceite iniciamos a coleta de dados no decorrer da formação, bem como nas escolas do campo e na área urbana de Tracuateua-PA.

O instrumento de coleta de dados foi o questionário semiestruturado²⁰ constituído de 21 (vinte e uma) perguntas previamente elaboradas. O questionário na pesquisa qualitativa “[...] é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador” (MARCONI, LAKATOS; 2003, p. 201). O questionário permitiu traçarmos um perfil identitário e profissional das professoras negras, assim como, perceber a compreensão das mesmas acerca da identidade étnico-racial. Junto ao instrumento de coleta de dados foram disponibilizadas instruções acerca da pesquisa, explicando qual a sua natureza e a importância da participação dos sujeitos. Além disso, durante a visita nas escolas encaminhamos ofícios²¹ para a autorização da coleta de dados nas respectivas unidades escolares.

O estudo é de abordagem qualitativa com aplicação da pesquisa bibliográfica e de campo. De acordo com Minayo (2015), a pesquisa qualitativa leva em consideração as subjetividades dos sujeitos e seu contexto histórico-social, buscando responder as questões intrínsecas à dimensão social dos sujeitos. A pesquisa qualitativa busca compreender o sujeito enquanto um ser social que está inserido em uma determinada realidade.

A pesquisa qualitativa, nesse estudo contribui para compreender a identidade negra de professoras da Educação Básica no município de Tracuateua-PA, uma vez que essas mulheres estão no contexto social da escola, permeadas de sentidos e significados sobre o ser professora

¹⁹Formação Continuada sob a Coordenação da SEMED, com o tema: Concepções Literárias: Valorizando a cultura e reflexão- crítico social regional. Realizada no dia 23 de março de 2018, na Escola Municipal Raimundo Pinheiro de Melo.

²⁰ANEXO II

²¹ ANEXO III

e negra em uma sociedade racista, discriminatória e preconceituosa, cujos reflexos poderão influenciar na construção de sua identidade e seu pertencimento racial.

2.3 Amostragem

A pesquisa foi realizada em 10 (dez) escolas de área campesina e urbana de Tracuateua-PA. Na região dos campos tracuateuense destacamos a EMEIF José Moreira Ramos, localizada na Vila Manoel dos Santos, EMEIF Valdemar Pinheiro da Silva e EMEF Edon Nascimento Pinheiro, ambas em Vila Fátima. Ressaltamos, ainda a EMEIF Bento Saraiva da Silva na Vila Piquiá, EMEIF João de Deus Rosa Reis, na comunidade de Vila Pedreira, EMEIF Professora Maria Lucimar de Castro Castelo Branco sito a Vila do Cocal, EMEIF José Silveira Batista, localizada na Vila do Sessenta, EMEIF Raimundo Olímpio de Moraes no Curral do Meio, EMEIF Odilon Holanda Pontes em Vila Socorro e a escola urbana EMEIF Raimundo Pinheiro de Melo, sito ao bairro Água Fria (vide mapa de Tracuateua-PA, p. 18). Os critérios para escolha do *locus* de pesquisa foram os seguintes: a) ser escolas públicas, situadas na região do campo e área urbana do Município de Tracuateua/PA; b) Ter professoras negras, atuantes na Educação Básica. Para o alcance desse *locus* realizamos primeiramente uma visita na SEMED, a fim de identificar o quantitativo de escolas no município de Tracuateua-PA, por conseguinte participamos de uma formação continuada oferecida pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) com professoras que trabalham em escolas municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental, que nos possibilitou identificar professoras negras que também atuavam no Ensino Médio. Após esse contato nos dirigimos à escola para explicitação da pesquisa, nesse momento tivemos o cuidado de explicar detalhadamente do que se tratava o estudo e que a participação de cada uma seria de extrema relevância para a comunidade acadêmica e escolar, após realizamos a coleta de dados.

A análise foi realizada com 15 (quinze) professoras negras da Educação Básica, por se tratar de uma pesquisa que tem como foco a mulher negra, professora e sua identidade racial. Os critérios de escolha desses sujeitos foram: a) ser Professora negra (preta e/ou parda) atuante na Educação Básica; b) atuar nas escolas do município de Tracuateua-PA, tanto da área do campo, como da área urbana.

O quadro a seguir apresenta o perfil identitário dos sujeitos da pesquisa, a partir dele podemos traçar um perfil das professoras negras que atuam no Município de Tracuateua-PA. Para resguardar a identidade das professoras entrevistadas optamos por identificá-las por

nomes de mulheres negras que marcaram a história afro-brasileira e africana e lutaram contra a escravidão.

QUADRO 1: Perfil identitário das professoras negras

Professoras	Formação	Tempo de trabalho	Religião	Grupo social ou cultural	Rede de ensino que atua	Tempo de atuação em Tracuateua	Onde realizou sua formação
Dandara	Lic. Letras	12 anos	Católica	Comunitário	Municipal	12 anos	Universidade Privada
Anastácia	Pedagogia	28 anos	Evangélica	Não	Municipal	20 anos	Universidade Privada
Lélia Gonzalez	Ciências Naturais	11 anos	Católica	Não	Municipal	6 anos	Universidade Pública
Tereza	Pedagogia	33 anos	Católica	Não	Municipal	21 anos	Universidade Privada
Carolina Maria de Jesus	Pedagogia	25 anos	Católica	Escola	Municipal	21 anos	Universidade Privada
Zeferina	Pedagogia	20 anos	Evangélica	Não	Municipal	17 anos	Universidade Pública
Maria Felipa	Magistério	25 anos	Evangélica	Igreja	Municipal	5 anos	Universidade Privada
Acotirene	Pedagogia	32 anos	Deus	Não	Municipal	16 anos	Universidade Pública
Adelina	Pedagogia Mestranda em Educação	16 anos	Católica	Não	Municipal/ Estadual	16 anos	Universidade Pública
Mariana Crioula	Pedagogia	2 anos	Evangélica	Igreja	Municipal	2 anos	Universidade Pública
Esperança	Pedagogia Especialista Ed. Campo	21 anos	Católica	Não	Municipal	21 anos	Universidade Pública
Eva Maria	Pedagogia	22 anos	X	X	Municipal	22 anos	Universidade Privada
Maria Aranha	Pedagogia	16 anos	Católica	Sindicato dos Professores	Municipal	16 anos	Universidade Pública
Zacimba	Pedagogia	20 anos	X	Não	Municipal	13 anos	X
Tia Simoa	Pedagogia	16 anos	Evangélica	Não	Municipal	5 anos	X

FONTE: Elaborado pela autora com base no Questionário/2018.

De acordo com o quadro, das 15 (quinze) professoras entrevistadas, 12 (doze) possuem licenciatura em Pedagogia, sendo que 1 (uma) está cursando o Mestrado em

Educação (Adelina) e outra possui especialização em Educação no campo (Esperança). As demais possuem licenciatura em Letras, Ciências Naturais e outra possui apenas o Magistério.

No cenário educacional a análise das categorias raça e gênero, sobretudo no Ensino Superior, demonstram que o percentual das mulheres negras que ingressam e concluem o ensino superior é consideravelmente menor do que as mulheres brancas. Segundo os dados do Ipea²² (2010, p. 21) em 2009 “[...]a taxa de escolarização de mulheres brancas no Ensino Superior é de 23,8%, enquanto, entre as mulheres negras, esta taxa é de apenas 9,9%.”

O lugar da mulher nas relações de trabalho ainda é reservado a uma minoria. Segundo Lima et al (2013, p. 55) “[...] as desigualdades de acesso a determinados ramos de atividade, assim como o ingresso em ocupações menos formais, estão fortemente mediados por fatores que se relacionam com a discriminação de gênero e raça”. O mercado de trabalho se apresenta um forte motor das desigualdades sociais, a análise da participação das mulheres negras no mercado de trabalho é importante para o entendimento das relações de intersecção de gênero e raça que fortalecem as desigualdades sociais (LIMA et al, 2013). Percebemos que as relações interseccionais estabelecidas na sociedade, diminuem a representatividade das mulheres negras que concluem o Ensino Superior, a persistência das desigualdades educacionais entre os grupos étnico-raciais nos instiga a pensarmos em ações que possibilitem a diminuição dessas disparidades.

Os indicadores demonstram ainda que o tempo de atuação das professoras no magistério varia entre 2 (dois) a 33 (trinta e três) anos. Sendo que 1 (uma) possui 2 (dois) anos na docência, 5 (cinco) possuem entre 11 (onze) a 16 (dezesesseis) anos de exercício da profissão, 7 (sete) possuem de 21 (vinte e um) a 28 (vinte e oito) anos e 2 (duas) possuem de 32 (trinta e dois) a 33 (trinta e três) anos de carreira.

O quadro 1 mostra ainda que 7 (sete) das entrevistadas pertencem a religião católica, seguida de 5 (cinco) que se declararam evangélicas e 3 (três) não definiram sua religião. Não se evidenciou a opção pela religiosidade afro-brasileira. A religiosidade afro-brasileira é vista pelos movimentos sociais como um importante meio de valorização da cultura afro-brasileira e africana, que pode colaborar a construção da identidade étnico-racial (OLIVEIRA, 2011).

No que se refere à formação acadêmica das 15 (quinze) professoras que participaram da pesquisa, 6 (seis) frequentaram instituições privadas, 7 (sete) se formaram em instituições

²² O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) é uma fundação pública federal vinculada ao Ministério da Economia. Suas atividades de pesquisa fornecem suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros. Os trabalhos do Ipea são disponibilizados para a sociedade por meio de inúmeras e regulares publicações e seminários e, mais recentemente, via programa semanal de TV em canal fechado

públicas, e 2 (duas) não responderam. Nem todas as mulheres entrevistadas tiveram acesso às universidades públicas, o que demonstra uma necessidade de Políticas de Ações Afirmativas que viabilizem o acesso e permanência dos grupos historicamente excluídos do contexto educacional e demais ambientes sociais.

Quanto a rede em que as professoras atuavam podemos perceber que das 15 (quinze) professoras, 14 (quatorze) trabalham na Rede Municipal de Ensino e outra na Rede Municipal e Estadual de Ensino de Tracuateua-PA.

No que se refere à participação das professoras em grupos sociais ou culturais, das 15 (quinze) professoras entrevistadas, 5 (cinco) afirmaram participar desses movimentos. Os grupos evidenciados pelas entrevistadas são grupos comunitários, a igreja, a escola e o sindicato dos professores. Percebe-se assim, a militância na docência, por meio do sindicato de professores que contribui para demarcação da vida política dessas mulheres professoras.

Os dados coletados foram examinados a partir da análise do discurso tendo como referência Bakhtin/Volochínov (2014). Na concepção bakhtiniana, o discurso não é construído individualmente, ele é construído a partir de pelo menos dois interlocutores que estão inseridos em um contexto político e social, e estão interligados a outros discursos (BAKHTIN, 2003). No caso desse estudo os interlocutores foram um grupo de professoras negras do município de Tracuateua-PA.

Nessa análise utilizaremos o discurso ideológico “[...] tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos tudo que é ideológico é um signo” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2014, p.29). Portanto, os signos ideológicos existem a partir de uma realidade, refletem, modificam e interpretam a mesma por meio das relações sociais, não se pode construir um discurso sem que haja uma relação com outros discursos (idem, 2014).

Para Bakhtin/Volochínov (2014, p.42) “[...] a palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais” e são carregadas de valores, sentidos e crenças que os sujeitos sociais constroem por meios das inter-relações. A refração como um ato de interpretação da realidade social na concepção bakhtiniana é sempre acompanhada da palavra (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2014).

Nesse estudo, o signo ideológico representado pela mulher negra e professora e a realidade social representada pela escola foram analisados a partir dos discursos ideológicos dessas mulheres, tendo como eixos de análises: relações étnico-raciais, ser mulher negra e professora e identidade étnico-racial. Como demonstra o diagrama a seguir:

Diagrama 1: Análise do discurso ideológico

FONTE: Elaborado pela autora, com base no questionário 2018.

Nesse estudo, analisamos o signo ideológico (mulher negra e professora) interligada realidade social (escola) a partir dos eixos de análises evidenciados nos discursos ideológicos dos interlocutores (professoras negras). No primeiro eixo (relações étnico-raciais), abordamos a percepção das professoras negras sobre as relações étnico-raciais estabelecidas na escola, a formação de professores para as relações étnico-raciais e o ser negro na sociedade brasileira. No segundo eixo (ser mulher negra e professora), analisamos como a mulher negra torna-se professora, a construção da identidade profissional, o magistério e a precarização do trabalho docente. No terceiro eixo (identidade étnico-racial) apresentamos como a identidade étnico-racial das professoras negras foi ou estar sendo construída na Educação Básica.

A análise dos dados ocorreu, primeiramente a partir da tabulação dos dados coletados no questionário, e organização em subseções de análise são elas: Ser mulher negra e professora: invisibilidades e resistências; Formação de Professores, Relações Étnico-Raciais e de Gênero; A percepção da mulher negra e professora sobre as relações étnico-raciais na escola; A construção do ser professora da Educação Básica; A construção do ser professora e mulher negra da Educação Básica e o reconhecimento da identidade étnico-racial. Destacamos os discursos mais expressivos por meio de transcrições parciais e/ou totais, respeitando a originalidade dos discursos evidenciados pelas professoras.

A primeira subseção desse estudo aborda um contexto histórico acerca da mulher negra e professora suas lutas e resistências. Nela, abordamos a autoclassificação racial das

professoras e a influência histórica-social no reconhecimento da cor enquanto um ato de construção social.

Na segunda subseção tratamos sobre a importância da formação de professores para as relações étnico-raciais e de gênero na construção de uma Educação para a diversidade social, e a importância do processo formativo da professora e mulher negra.

Na terceira subseção evidenciamos os discursos ideológicos das professoras acerca da percepção sobre as relações étnico-raciais, a presença da discriminação e preconceito na sala de aula e a identidade étnico-racial enquanto uma construção social. Na quarta subseção dissertamos acerca da construção do ser professora e mulher negra e o reconhecimento da identidade étnico-racial da mulher negra.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Relações Étnico-Raciais e de Gênero: identidade da Mulher Negra e Professora da Educação Básica No Nordeste Do Pará

Nessa seção objetivamos analisar a identidade da mulher negra e professora, sua percepção acerca das relações étnico-raciais, bem como, a importância da formação de professores para as relações étnico-raciais e de gênero na desconstrução de estereótipos sobre o ser negro, bem como, a construção da identidade étnico-racial como um processo de construção histórico e social.

3.1.2 Ser mulher negra e professora: invisibilidades e resistências

A construção da identidade não pode ser desvinculada do processo histórico e cultural. O ser negro historicamente esteve submetido a relações de desigualdade e a ideologias marcadas historicamente pelo ideal de branqueamento (SKIDMORE, 2012; MUNANGA, 2003). O processo de branqueamento da sociedade brasileira, no início do século XX prejudicou imensamente a construção da identidade dos negros. Segundo Skidmore (2012) a teoria do branqueamento, era aceita pela maior parte da elite brasileira nos anos de 1889 a 1914, condição peculiar ao Brasil. Nesse sentido, afirma:

[...] baseava-se na presunção branca, às vezes, pelo uso dos eufemismos “raça mais adiantada” e “menos adiantada” e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade inata. À suposição inicial, juntavam-se mais duas. Primeiro – a população negra diminuía progressivamente em relação à branca por motivos que incluíam a suposta taxa de natalidade mais baixa, a maior incidência de doenças e a desorganização social. Segundo – a miscigenação produzia “naturalmente” uma população mais clara, em parte

porque o gene branco era mais forte e em parte porque as pessoas procurassem parceiros mais claros que elas (SKIDMORE, 2012, p. 81).

A ideologia do branqueamento presente no processo de miscigenação conformou no Brasil a construção de uma identidade nacional baseada na herança branca europeia, negando qualquer possibilidade de se pensar em alguma identidade alternativa, fundamentada na herança negra de origem africana (MUNANGA, 2004; SANTOS; SILVA, 2018).

A mulher negra como um sujeito social, também sofre as consequências de ideologias racistas como o branqueamento social, isso se reflete diretamente na construção de sua identidade, o que para muitas é um processo marcado por conflitos. A representação do ser mulher negra e professora no processo de construção de identidade requer um entendimento do próprio espaço que a mulher negra ocupa.

Segundo Gomes (1995, p. 115):

Ser mulher negra no Brasil representa um acúmulo de lutas, indignação, avanços e um conflito constante entre a negação e a afirmação de nossas origens étnico-raciais. Representa também suportar diferentes tipos de discriminação. Ser mulher negra e professora expressa uma outra maneira de ocupação do espaço público. Ocupar profissionalmente esse espaço, que anteriormente era permitido só aos homens e brancos, significa muito mais que uma simples inserção profissional. É o rompimento com um dos vários estereótipos criados sobre o negro brasileiro de que não é capaz intelectualmente.

A inserção da mulher negra na profissão do magistério representa uma grande conquista dos movimentos sociais. A mulher negra que antes ocupava apenas funções subalternas, agora ocupa um lugar que era permitido somente aos homens e algumas mulheres brancas de classe social privilegiada, a profissão do magistério, o lugar do mestre e professor (GOMES, 1995).

A despeito da inserção da mulher no curso do magistério, as desigualdades sociais permaneciam fortemente estruturadas. Os cursos de magistério segundo Tanuri (2000) “[...] nos anos finais do Império, as escolas normais foram sendo abertas às mulheres, nelas predominando progressivamente a frequência feminina [...]”. Entretanto, as mulheres negras que conseguiam ingressar e concluir o curso representava um número bastante inferior quando comparado às mulheres brancas. A esse respeito Gomes (1995, p. 147) afirma:

O sistema educacional brasileiro desempenha um papel preponderante no quadro de desigualdades raciais em nosso país e comparando-se a pequena quantidade de negros que conclui o segundo grau com o segmento branco da população, podemos perceber o quanto é mínima a quantidade de mulheres negras que chegam ao magistério.

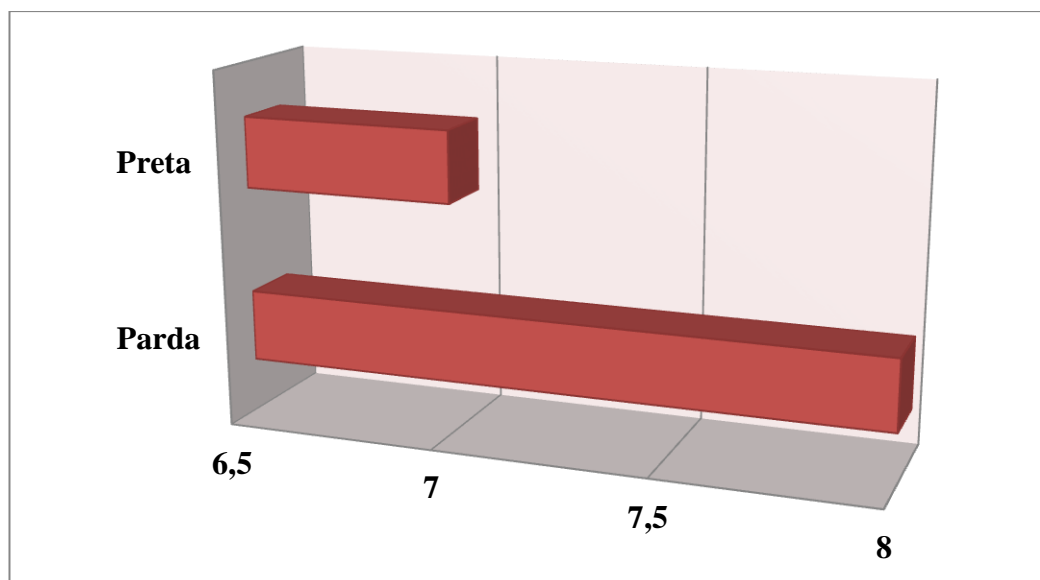
O processo de exclusão da mulher negra estabelecido no contexto educacional evidenciou as relações interseccionais de raça e gênero sobre as quais a mulher negra construiu sua identidade. A profissão do magistério representava para a mulher negra um novo *status* social, o lugar de mestre era visto como uma maneira de lutar contra a imposição da mulher negra como doméstica e lavadeira. Nesse sentido Gomes (1995, p. 113) ressalta:

A trajetória de vida das professoras negras [...] é marcada pela negação/afirmação do ser negro, pela constante luta em prol da sobrevivência, pela procura do magistério enquanto um campo profissional que poderia redimensionar a sua história, enquanto mulher e negra, levando-as a exercer outra profissão, diferente de faxineira, doméstica, lavadeira, entre outras que já fazem parte da trajetória das mulheres negras do passado e ainda se fazem presentes na realidade atual de tantas outras.

A inserção da mulher negra no magistério representava a resistência em aceitar o lugar que lhes era imposto pela sociedade capitalista, no entanto, para que as mulheres negras conseguissem o seu espaço no ambiente educacional, precisavam se mostrar tanto ou mais inteligente que a mulher branca (GOMES, 1995). O que nos leva a perceber que o racismo e a desigualdade não foram extintos a partir do momento que a mulher negra é aceita como professora.

A mulher negra e professora é vista pelos movimentos sociais como uma importante arma contra os preconceitos existentes nas escolas, pois como professora ela é responsável pela formação intelectual e moral dos sujeitos, além disso como mulher negra ela se torna referência para diversos alunos negros que estão presentes em suas salas de aula (GOMES, 2003). Para isso, é necessário que as professoras negras compreendam a complexidade das relações de desigualdades, as quais o negro enfrenta, bem como, a importância do reconhecimento e valorização de sua própria identidade na construção da identidade do outro.

Os dados da pesquisa apontam que das 15 professoras entrevistadas 7 (sete) se autocalificaram como pretas e 8 (oito) se identificam como pardas, como demonstra o gráfico 1 a seguir:

GRÁFICO 1: Autoclassificação racial das professoras

FONTE: Elaborado pela autora com base no questionário/ 2019.

O gráfico 1 evidencia que todas as professoras que participaram da pesquisa se autoclassificam como negras, tendo em vista que a categoria negro, nesse estudo, engloba pretos e pardos segundo o IBGE.

Para Schwarcz (2012, p.98), “[...] pardo é, pois, um termo paradoxal e de difícil tradução. Na linguagem oficial, representa uma incógnita, já na popular tem cor definida e é silencioso, à semelhança do racismo vigente no país”. O termo pardo surge como uma opção que serve para agregar todos os que não se encaixam nas alternativas pretas, brancas, indígenas e amarelas (idem, 2012).

A cor como autoclassificação racial segundo Schwarcz (2012, p. 102) representa “[...] mais do que um gesto aleatório; o ato vincula outros marcadores fundamentais para a conformação e o jogo das identidades”. Nesse sentido, a autoclassificação racial faz parte do processo de construção da identidade, que é permeado por relações históricas e sociais, nas quais o sujeito está em constante processo de transformação, a construção identitária é essencialmente histórica e não biológica (HALL, 2005; GOMES, 1995).

O processo de construção do sujeito histórico-social reflete na construção de sua identidade nacional, compreendida como uma construção simbólica por meio da qual os sujeitos estabelecem uma relação entre os eixos nação e cultura construindo uma representação a um dado contexto histórico-social (ORTIZ, 2006).

A mulher negra e professora enquanto sujeito histórico-social constrói suas identidades também mediante aos processos formativos nos quais ela participa no exercício

do magistério. A formação de professores se apresenta como basilar na construção da identidade das professoras (SANTOS, 2014).

A mulher negra e professora historicamente vivencia um contexto social de lutas e invisibilidades, a autotransclassificação das professoras negras reflete um contexto social marcado pela miscigenação racial, na qual a categoria pardo se apresenta como um grupo construído a partir do ideal de branqueamento.

Na próxima subseção abordaremos a importância da formação de professores para as relações étnico-raciais e de gênero no sentido de contribuir para uma visão diversificada das relações sociais, pois, evidencia os grupos sociais historicamente invisibilizados e coloca em discussão a identidade dos sujeitos envolvidos no processo educativo. A formação de professores e a identidade fazem parte do processo de construção da mulher negra e professora.

3.2 Formação de Professores, Relações Étnico-Raciais e de Gênero

A formação de professores para as relações étnico-raciais e de gênero é fundamental para a desconstrução de estigmas e estereótipos sobre a mulher negra. A escola é um lugar privilegiado para a referida discussão, visto que “[...] nesse lugar se vivencia um cotidiano repleto de multiplicidade de culturas, saberes, construção da identidade, de formação para a cidadania e de aprendizado”. (SANTOS, 2009, p. 17). No contexto escolar a diversidade cultural e social se manifesta das mais variadas formas, é um local onde os diferentes grupos sociais interagem.

A formação inicial precisa oferecer aos professores um suporte teórico que os auxiliem na execução de práticas pedagógicas que promovam conhecimentos acerca da diversidade presente nas escolas. Para Santos (2009, p. 117) “[...] a formação inicial de professores é imprescindível para a qualidade do trabalho docente na escola, cabendo ao professor estar provido de bases teóricas para atuar em contextos de diversidade social e cultural”. Nesse sentido, a formação inicial é o ponto de partida para esse processo de conhecimento.

A formação de professores para as relações étnico-raciais e de gênero é importante também na construção de identidades no contexto escolar, ao mesmo tempo é um desafio para a prática docente no que se refere à superação das desigualdades sociais, discriminação e outros meios de opressão. Nesse sentido, Santos (2009, p. 123) afirma:

A discussão acerca da formação de professores apresenta-se como um desafio, uma vez que pressupõe uma nova concepção de educação e de formação, que valorize os processos históricos e socioculturais na escola,

para além dos espaços escolares, que estejam presentes os conteúdos acerca do reconhecimento, aceitação do outro, preconceito, ética, valores, igualdade de direitos e a diversidade.

A formação de professores para as relações étnico-raciais e de gênero, requer um pensamento crítico e reflexivo, no qual os processos históricos dos sujeitos sejam levados em consideração para o enfrentamento das desigualdades sociais. A inclusão das discussões acerca das relações étnico-raciais na escola é assegurada na Lei 10.639/2003²³ que representa um marco na luta dos movimentos sociais, sobretudo, do movimento negro que reivindicam a valorização da cultura afro-brasileira no contexto educacional, a referida lei reconhece a importância de se regatar os valores, crenças e tradições da cultura afro-brasileira.

A Resolução Nº 1, de 17 de junho 2004²⁴, na qual estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (DCNERER) como uma proposta curricular se apresenta como uma forma de reparar os danos causados na história do povo afro-brasileiro e africano, com base no reconhecimento, valorização e o respeito à cultura, promovendo uma educação voltada para a superação das desigualdades. As DCNERER, nesse sentido estabelecem:

§ 1º As Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004 (BRASIL, 2004, p. 1).

A despeito das relações étnico-raciais serem asseguradas pelas legislações antirracistas, sobretudo a formação de professores e o trabalho educativo nas escolas, existe no campo da formação de professores inicial e continuada uma discussão ausente acerca da temática étnico-racial. Percebemos a necessidade de uma formação que possibilite ao professor construir uma postura política no exercício de sua prática docente (SANTOS, 2009).

No que se refere às legislações sobre as relações de gênero no ambiente escolar, não temos uma lei específica, mas, a Resolução Nº 2, de 1º de julho de 2015²⁵ traz em seu bojo de discussão alguns artigos que determinam diretrizes para a inclusão das relações de gênero na

²³Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências (BRASIL, 2003, p.1).

²⁴Art. 1º A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem observadas pelas Instituições de ensino, que atuam nos níveis e modalidades da Educação Brasileira e, em especial, por Instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores (BRASIL, 2004, p. 1).

²⁵Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

formação inicial e continuada de professores. Nessa perspectiva a essa Resolução Nº 2, art. 13 determina:

§ 2º Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos [...] direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa [...]. (BRASIL, 2015, p. 11).

As relações de gênero nos currículos dos cursos de formação de professores orientadas pelas diretrizes evidenciam os grupos historicamente invisibilizados no campo educacional, colocam a diversidade social e cultural em discussão para o enfrentamento das desigualdades sociais, promovendo uma educação que valorize as diferentes culturas e os distintos grupos sociais.

A inclusão da temática étnico-racial e de gênero nos currículos de formação de professores pode contribuir para a desconstrução do racismo, discriminação, sexismo e preconceito racial presentes nas escolas, contribuem ainda para que a mulher negra seja reconhecida enquanto um sujeito social de direitos, pois, no imaginário social ainda se perpetua um discurso de igualdade para todos, sustentado pelo mito da democracia racial, que máscara os problemas raciais (velados ou explícitos) que de fato ocorrem nas escolas, e um discurso firmado no patriarcalismo o qual coloca a mulher em lugar de inferioridade.

A mulher negra na sociedade brasileira faz parte de um grupo social historicamente inferiorizado sob os eixos de opressão vinculados à raça e gênero. A relação de intersecção estabelecida nas relações sociais colocou a mulher negra em um lugar de desvantagem até mesmo em relação à mulher branca (DAVIS, 2016; GOMES, 2010; CARNEIRO, 2004).

As discriminações de gênero e raciais reproduzem estigmas historicamente construídos sobre a mulher negra que estruturam o racismo e o sexismo na sociedade brasileira. Nesse sentido, as desigualdades raciais estabelecidas na sociedade brasileira entre negros e brancos, reduziram as oportunidades dos negros em ingressarem no sistema educacional e em outros espaços sociais (HASENBALG, 2005).

No contexto educacional as relações étnico-raciais e de gênero fazem parte de um campo de tensão, onde o cenário de desigualdades raciais e sociais reflete em práticas discriminatórias e preconceituosas que atingem os grupos sociais excluídos (GUIMARÃES, 2007; LOURO, 1995). Uma Educação que dialogue com as questões raciais e de gênero sugere um processo de desconstrução dos estereótipos depreciativos em relação ao negro, especialmente, sobre a mulher negra, estabelecidos nos contextos sociais e educacionais (GOMES, 2010; LOURO, 2010).

As relações raciais e de gênero precisam ser debatidas no contexto educacional, as professoras negras necessitam de um conhecimento sobre o campo das relações étnico-raciais e de gênero que deem suporte as suas práticas pedagógicas em sala de aula. Dessa forma, a formação de professores para as relações étnico-raciais e de gênero é fundamental para a construção de conhecimentos basilares que direcionem práticas pedagógicas com vistas a garantir uma Educação para a diversidade racial e social.

3.3 A percepção da mulher negra e professora sobre as relações étnico-raciais na escola

As relações étnico-raciais no contexto educacional representam a luta contra o racismo, discriminação e preconceito. As relações raciais na sala de aula foi objeto de questionamento às professoras da Educação Básica. A esse respeito indagamos: *Você considera importante discutir as questões raciais em sala de aula? Por quê?* Os discursos mais expressivos revelam:

Sim, porque tem pessoas que ainda não aceitam e não reconhecem sua própria identidade (Anastácia, Questionário, 2018).

Sim, porque independentemente de raça ou cor somos todos iguais [...], todos temos nosso potencial independentemente de qualquer coisa (Maria Felipa, Questionário 2018).

Sim, a gente sabe que o Brasil é um país racista e que é difícil mudar, mas sempre que surge alguém com atitude racista faço uma roda de conversa sobre o assunto (Acotirene, Questionário, 2018).

Sim, nosso país infelizmente é preconceituoso. A maioria das famílias infelizmente não ensinam, não educam em casa e a escola é um caminho [...]. (Tia Simoa, Questionário, 2018).

Sim, porque de acordo com a Lei 10.639/03, sancionada pelo ex-presidente Lula devemos combater as ações de discriminação e preconceito para se alcançar uma sociedade racialmente justa e a escola é o lugar adequado para incluir a cultura afro-brasileira (Esperança, Questionário, 2018).

De acordo com os discursos das professoras se evidenciam a ausência de reconhecimento da identidade, bem como apresentam uma visão idílica das relações igualitárias no Brasil, ancorada no mito da democracia racial. Igualmente, revelam que o Brasil é um país racista e preconceituoso, culpabilizam a família pela ausência de ensinamentos sobre o preconceito, mas, apontam a escola como possibilidade para o enfrentamento das questões racistas e preconceituosas impingidas no imaginário social da escola. Também se evidencia o conhecimento sobre a legislação antirracista (Lei

10.639/2003) como medida de ações afirmativas de combate à discriminação e ao preconceito racial.

As professoras reconhecem a importância da discussão acerca das relações étnico-raciais na sala de aula. Apesar dos discursos defendem a ideia de que todos são iguais, elas identificam que o racismo está impregnado na cultura brasileira, e apontam a escola como um lugar privilegiado para a construção de práticas que visem à valorização e o respeito às diferenças. Além disso, algumas reconhecem a Lei 10.639/2003 que institui a cultura afro-brasileira como um conteúdo a ser trabalhado em sala de aula, fortalecendo assim a formação de professores para as relações étnico-raciais.

A formação de professores para as relações étnico-raciais permite o desenvolvimento práticas pedagógicas que propiciem aos alunos conhecerem e valorizarem a cultura do outro. Nesse sentido, Verrangia e Silva (2010, p. 710) afirmam “[...] educação das relações étnico-raciais refere-se a processos educativos que possibilitem às pessoas superar preconceitos raciais, que as estimulem a viver práticas sociais livres de discriminação [...]”.

A mulher negra e professora assume um papel importante na desconstrução de estereótipos racistas sobre o ser negro na sala de aula (GOMES, 1995), o reconhecimento da importância de se trabalhar essa temática por parte das professoras é o primeiro passo para uma educação para as relações étnico-raciais.

O não reconhecimento da identidade enfatizado nos discursos das professoras, revela que muitos alunos possuem dificuldade em reconhecer sua identidade. O reconhecimento da identidade faz parte do processo de construção do sujeito. Para Hall (2005), a identidade está em constante processo de transformação, na qual o sujeito está inserido em uma coletividade que influencia diretamente na forma como ele se autoidentifica. Essa construção faz parte do processo histórico e social de cada sujeito.

Os discursos das professoras apontam que o Brasil é um país racista, e que discrimina determinados grupos sociais. Segundo Hasenbalg (2005, p. 208) “[...] como resultado da discriminação racial do passado, cada nova geração de não-brancos está em posição de desvantagem porque se origina desproporcionalmente de famílias de baixa posição social [...]”. Assim, a superação dessas desigualdades é um grande desafio para a escola, os currículos escolares e as formações de professores.

A mulher negra e professora no processo formativo pode assumir um papel importante na luta contra as desigualdades raciais e de gênero historicamente estabelecidas na sociedade brasileira. A formação continuada de professores para as relações étnico-raciais e de gênero é uma importante estratégia de luta por uma educação antirracista e não-discriminatória, nesse

sentido, a formação continuada pode contribuir para as professoras negras adquirirem conhecimentos no sentido de desenvolver práticas pedagógicas inclusivas que contribuam para a desconstrução de estereótipos sobre o ser negro na sociedade brasileira.

A formação continuada foi objeto de questionamento com as professoras da Educação Básica, a esse respeito indagamos: *Em sua formação continuada, quais os cursos que você participou sobre a temática das relações étnico-raciais?* Os discursos mostram os cursos que algumas professoras participaram ao longo de sua carreira no magistério:

Educação Inclusiva no Contexto Escolar (Dandara, Questionário, 2018).

Cursos ofertados pela SEMED (Maria Aranha, Questionário, 2018).

As temáticas referentes às relações étnico-raciais estavam inseridas em outros cursos e por isso não houve um curso específico sobre esse tema que eu tenha participado. (Adelina, Questionário, 2018).

Até o presente momento ainda não participei. Somente durante o percurso na academia (Mariana, Questionário, 2018).

Com base nos discursos mais expressivos somente duas professoras afirmaram terem participado de cursos relacionados à discussão das relações étnico-raciais as demais revelaram não terem participado de cursos específicos acerca da temática. Dessa forma, os discursos evidenciam a ausência de formação continuada que possibilitem as professoras um aporte teórico que as subsidiem no trabalho para a Educação das Relações Étnico-Raciais.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERER) em suas ações educativas de combate ao racismo e a discriminações, asseguram a inclusão da discussão acerca das relações étnico-raciais em cursos de formação continuada de professores.

As DCNERER representam um passo significativo na construção de um currículo voltado para as relações étnico-raciais e uma educação que englobe a diversidade cultural existente no país. Alguns estudos no campo da formação dos professores afirmam ser essencial uma formação que dialogue com a diversidade para o enfrentamento das desigualdades raciais no cotidiano escolar (GOMES, 2000; COELHO, 2005; SANTOS, 2009).

A ausência de formação continuada sobre a temática étnico-racial e de gênero pode resultar em práticas pedagógicas que reforcem preconceitos arraigados por séculos em nossa sociedade, além disso, pode legitimar as desigualdades existentes, entre de grupos sociais, em

especial, sobre as mulheres negras, influenciando assim, na construção da identidade dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

O desenvolvimento profissional da mulher negra e professora nos cursos de formação inicial e continuada trazem à tona vivências e experiências que marcaram suas trajetórias de vida, que questionam ideologias e a definição social do lugar ocupado pela mulher negra na sociedade. Os cursos de formação estimulam a pesquisa acerca das temáticas étnico-raciais e de gênero, como eixos discursivos importantes para a inclusão dos grupos socialmente invisibilizados, possibilitando assim, práticas que favoreçam a construção da identidade desses sujeitos.

As relações étnico-raciais quando trabalhada de forma positiva no ambiente educacional contribui para o reconhecimento e valorização da identidade étnico-racial. (GOMES, 2010). A esse respeito indagamos: *O que você entende por identidade étnico-racial?* Os discursos mais expressivos afirmam:

São características próprias das pessoas como: raça, culturas e religiões diferentes (Carolina Maria de Jesus, Questionário, 2018).

Acredito que os traços culturais e genéticos, bem como os saberes coletivos que trazemos conosco formam essa identidade étnico-racial (Esperança, Questionário, 2018).

É meu reconhecimento como negro, branco, índio, pardo que a partir da interação com o outro construo minha cultura, criando laços de identidade e pertencimento (Mariana, Questionário, 2018).

As professoras negras evidenciam que a identidade étnico-racial é interpretada como características próprias de cada sujeito, relacionadas com o pertencimento racial, religião e cultura, outras ressaltam a genética como um dos fatores que contribui para a construção da identidade étnico-racial, mas, compreendem que a identidade é construída na interação com o outro, na qual o sujeito cria laços de pertencimento e reconhecimento.

A identidade étnico-racial evidenciada nos discursos das professoras, é compreendida como um processo histórico, social e cultural, os sujeitos constroem sua identidade por meio da cultura relacionada com a raça, à religião e saberes coletivos. Nessa relação dialógica o indivíduo constrói laços de reconhecimento e pertencimento racial que refletem no modo como ele se autoidentifica (GOMES 2003).

Segundo Munanga (2003), a identidade racial está relacionada às particularidades históricas, culturais, sociais, religiosas, dentre outras, características que definem e identificam uma pessoa ou um grupo social, manifestando um pluralismo cultural riquíssimo presente em nossa cultura brasileira. A identidade é essencialmente discursiva e faz parte de

um jogo de semelhanças e diferenças, no qual o sujeito transmite, inventa e reinventa a sua própria identidade (HALL, 2005).

Segundo Gomes (1995, p. 117) a identidade racial da mulher negra e professora assim como dos demais grupos sociais:

[...] se constrói em um longo processo histórico, que se inicia desde as primeiras relações estabelecidas no grupo social mais íntimo, em que os contatos pessoais se estabelecem permeados por sanções, afetividade e os primeiros ensaios de uma futura visão de mundo. Geralmente este processo se inicia na família e vai criando ramificações e desdobramentos a partir das outras relações que o sujeito estabelece.

Há diversos fatores que influenciam na construção da identidade étnico-raciais dos indivíduos, nos discursos das professoras é evidenciada a natureza social desse processo de construção identitária que os sujeitos vivenciam. Desse modo, existem fatores que influenciam positivamente e negativamente na construção da identidade.

A escola precisa estar atenta para esses fatores e dialogar acerca dos problemas sociais que prejudicam a construção da identidade no contexto educacional. Nesse sentido, perguntamos: *Na sua vida escolar e/ou pessoal você vivenciou alguma situação de discriminação racial? Qual? Como você reagiu?* Os discursos mais expressivos revelam:

QUADRO 2: Situações de discriminação racial na vida e/ou na escola

Professoras	Discriminação racial na vida escolar e/ou pessoal	Discriminação	Reação
Tereza	<i>Sim!</i>	<i>[...] entre os próprios alunos</i>	<i>Falando da importância entre as pessoas</i>
Zeferina	<i>Sim!</i>	<i>Sem resposta</i>	<i>Procuro sempre trabalhar de maneira harmoniosa</i>
Acotirene	<i>Várias vezes</i>	<i>Sem resposta</i>	<i>Pergunto logo, você é blindado? Diante de males invariáveis todos são iguais.</i>
Esperança	<i>Sim!</i>	<i>[...] em relação ao meu cabelo</i>	<i>Naturalmente, pois somos todos iguais não existe ninguém melhor ou pior que o outro.</i>
Maria Aranha	<i>Sim!</i>	<i>[...] você é negra, não pode.</i>	<i>Com tranquilidade.</i>

FONTE: Elaborado pela autora com base no questionário/2018.

Os discursos das professoras confirmam que na realidade social e no ambiente escolar a discriminação racial é nitidamente percebida. As professoras revelam que já vivenciaram situações de discriminação no ambiente escolar, entre os alunos, outras alegam que já

sofreram discriminações durante sua trajetória de vida. A reação das professoras se baseia no diálogo, ressaltando a igualdade e a importância das pessoas, outras reagem naturalmente e com tranquilidade.

A discriminação racial enfatizada pelas professoras é vista como um marcador de desigualdades sociais presentes nos diversos espaços da sociedade brasileira, as professoras negras que vivenciaram a discriminação racial durante sua trajetória de vida experimentaram situações de negação de direitos. Percebemos nos discursos evidenciados, que as professoras negras optam por intervenções passivas, elas costumam agir naturalmente, enfatizando a igualdade racial e a importância das pessoas.

A discriminação racial está presente nas relações sociais e no contexto escolar (GUIMARÃES, 2004; HASENBALG, 2005; SCHWARCZ, 1993), muitas vezes, é vista como natural. A discriminação naturalizada é ainda mais prejudicial, pois, é compreendida como “normal”, e acaba não sendo problematizada.

A discriminação racial se naturalizou na cultura brasileira, ideologias racistas são facilmente internalizadas e reproduzidas de forma natural, minando a autoestima do negro na sociedade brasileira. A discriminação racial no ambiente escolar se manifesta das mais variadas formas. Para Schwarcz (2012, p.30), “[...] a situação aparece de forma estabilizada e naturalizada, como se as posições sociais desiguais fossem quase um desígnio da natureza [...]”. A discriminação racial naturalizada e invisibilizada silenciam as desigualdades existentes no contexto escolar, atitudes sutis carregadas de preconceitos marcam a vida escolar dos alunos.

A mulher negra historicamente esteve submetida às relações interseccionais de discriminação nos diferentes contextos sociais (DAVIS, 2016). As desigualdades étnico-raciais e de gênero estabelecidas socialmente colocaram a mulher negra em um lugar de inferioridade, tendo em vista que, como mulher e negra ela possui uma história de segregação exclusão e invisibilidade (idem, 2016), e como professora também vivenciou uma trajetória de exclusão ao tentar se inserir no magistério (GOMES, 1995).

As discriminações raciais são percebidas de forma concreta pelas professoras no campo educacional o que exige dos sujeitos envolvidos no processo educativo uma postura de enfrentamento às práticas discriminatórias que inferiorizam a pessoa humana.

A discriminação racial e o preconceito foram objeto de questionamento entre as professoras. A esse respeito indagamos: *Para você existe preconceito e discriminação racial na sala de aula? Como eles se manifestam?* Os discursos mais expressivos apontam que o preconceito e a discriminação racial estão presentes nas escolas de maneira nítida:

QUADRO 3: Preconceito e discriminação racial na sala de aula

PROFESSORAS	PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO RACIAL NA SALA DE AULA	COMO ELES SE MANIFESTAM
Dandara	<i>Sim</i>	<i>Se manifestam com um pouco de indiferença [...]</i>
Maria Aranha	<i>Sim</i>	<i>[...] através de brincadeiras entre os alunos.</i>
Esperança	<i>Sim</i>	<i>Quando na sala tem um de pele mais escura e é criticado pelo colega que se diz branco pela cor de sua pele e do cabelo, jugando-se superior ao outro.</i>
Zacimba	<i>Sim</i>	<i>[...] Às vezes, por meio de brincadeiras, apelidos, a criança pode até não ter a intenção de ferir o outro, entretanto, temos que intervir; pois o outro pode não entender o sentido.</i>

FONTE: elaborado pela autora com base nos dados do questionário 2018.

Os discursos das professoras revelam que na realidade social da escola, o preconceito e discriminação racial existem e se manifestam de diferentes formas, com atitudes sutis como a indiferença, “brincadeiras” e apelidos de cunho racista, ou mesmo de maneira explícita mediante julgamentos, enfatizando a superioridade branca.

A discriminação racial e o preconceito presentes na sala de aula e enfatizados pelas professoras, advêm de situações que muitas vezes são naturalizadas no contexto da sala de aula. As brincadeiras, a indiferença, os apelidos relacionados à cor da pele criam situações que ferem profundamente a autoestima do negro, essas situações sugerem intervenções ativas no sentido de problematizar as inferiorização do ser negro na sociedade brasileira.

Para Bento (2014, p 28), “[...] a discriminação racial teria como motor a manutenção e a conquista de privilégios de um grupo sobre o outro, independentemente do fato de ser intencional ou apoiado em preconceito”. A forma como a discriminação racial se manifesta em nosso cotidiano provoca exclusão social e distorção da cultura afro-brasileira, fazendo do branco um sinônimo de superioridade em relação ao negro.

A sociedade brasileira cria “padrões” sociais tidos como “aceitáveis”, e quem não se encaixa nesses “padrões” pode acabar sofrendo discriminações e preconceitos. Um grande problema é quando essa discriminação é vista como natural o que pode provocar profundos danos à construção da identidade do negro, resultado de um contexto histórico marcado por desigualdades sociais.

A mulher negra e professora no campo educacional também sofre com as relações de interserccionalidades (DAVIS, 2016), essas relações perpassam os diferentes espaços educacionais, inclusive a sala de aula. Segundo Gomes (1995, p. 20) “[...] a escola não é de

fato um espaço de igualdade, não apenas nos conteúdos e na materialidade, mas, sobretudo nas vivências de seu percurso”. Nesse sentido, o preconceito, as discriminações raciais e de gênero também fazem parte da escola.

O preconceito e a discriminação racial evidenciadas na realidade social da escola podem refletir na representação do ser negro na sociedade brasileira. O ser negro no Brasil historicamente esteve vinculado ao sinônimo de inferioridade que contribuíram para a construção de estereótipos (SANTOS 2009; GOMES 2005; BENTO, 2014). A esse respeito indagamos: *O que representa para você ser negro?* Os discursos mais expressivos evidenciam:

Alguém visto com diferença pela sociedade (Maria Felipa, Questionário, 2018).

Ser negro é ser guerreiro, forte que está sempre preparado para a labuta do dia a dia (Eva Maria, Questionário, 2018).

Uma pessoa como qualquer outra, que independente da cor, tem os mesmos direitos e deveres (Mariana, Questionário, 2018).

Em muitas situações ser negro é ser menos favorecido e menos reconhecido nas diversas áreas profissionais da sociedade embora façam muito, mas não tem igual reconhecimento (Esperança, Questionário, 2018).

Os discursos das professoras evidenciam o ser negro como alguém visto como diferente, ao mesmo tempo descrevem o negro como um sujeito forte, guerreiro e trabalhador, bem como, afirmam que o negro é um sujeito de direitos e deveres como qualquer cidadão, mas, ressaltam que os mesmos são menos favorecidos e menos reconhecidos em relação aos brancos na sociedade brasileira.

O ser negro nos discursos representa alguém que é diferente, forte e luta contra as situações de desigualdades sociais, percebe-se que por trás do discurso de igualdade de direitos, existe o ser negro que vivencia constantemente situações de desvantagem que os colocam em um lugar de inferioridade nas diversas áreas, inclusive no mercado de trabalho.

A visão que se tem da mulher negra na sociedade brasileira também está relacionada representação do ser negro. A mulher negra na condição de professora também faz parte do imaginário social enquanto alguém inferior e menos reconhecido, vivenciando diariamente as desigualdades sociais, e por ser mulher ainda sofre com uma sociedade patriarcal que a coloca em lugar de desvantagem (DAVIS, 2016; LOURO, 1997).

Para Guimarães (1995, p. 41), “o “estranhamento” dos negros no imaginário nacionalista está presente em todas as classes sociais”. A representação inferiorizada do negro se perpetua por meio de estereótipos construídos socialmente e reproduzidos nas relações

sociais, nas quais a cor negra enfatizada nos discursos das professoras é concebida como algo negativo e como um marcador de desigualdades sociais.

Para Fonseca (2001, p. 97), “[...] a cor da pele, mesmo quando esmaecida pelo mito da harmonia racial, é sempre recorrência a um sistema de relações em que ser negro, continua a ser significado por formas de despersonalização construídas pelo ideário escravocrata”. A estigmatização da população negra resulta em uma sociedade excludente, onde a pobreza, as desigualdades e a discriminação possuem cor.

Os movimentos sociais, em especial o movimento negro e feminismo negro, historicamente têm contribuído para a desconstrução da imagem negativa do ser negro, problematizando as desigualdades sociais, preconceitos e discriminações raciais vivenciadas em função da cor e do gênero, promovendo um diálogo acerca do negro e o lugar que ocupa em um país alicerçado no racismo que discrimina o ser negro.

O racismo no Brasil se concretiza por meio das relações desiguais estabelecidas socialmente e atinge o negro, conseqüentemente sua identidade. O racismo está presente nos diferentes espaços sociais, são tentativas de hierarquizar os grupos étnicos com base na pretensão de que existem raças superiores e inferiores (GUIMARÃES, 2012).

A mulher negra também sofre com as relações desiguais baseadas no racismo e discriminação (DAVIS, 2016; GOMES, 1995). O racismo no campo educacional e em outros espaços sociais foi objeto de análise. Nesse sentido, questionamos: *Você já sofreu racismo na instituição que trabalha ou em outro espaço social?* Os discursos mais expressivos revelam:

Não, pois sou uma pessoa que respeito todos e trato da mesma maneira que gostaria de ser tratada (Dandara, Questionário, 2018).

Não, sempre fui respeitada e respeito meus companheiros de trabalho (Mariana, Questionário, 2018).

Não. Na escola que trabalho sou bem aceita, mas durante minha infância e adolescência sofri muita discriminação por causa do meu cabelo que era muito crespo e volumoso, muitas vezes era chamada de cabelo de bombril. (Esperança, Questionário, 2018).

Os discursos ratificam que na instituição em que trabalham as professoras não sofreram racismo, enfatizam que as relações são baseadas no respeito, mas, revelam que durante a infância e adolescência vivenciaram discriminações por conta do cabelo, na maioria das vezes por meio de apelidos.

As memórias da infância e adolescência enfatizadas pelas professoras negras revelam que o racismo esteve presente em sua trajetória de vida, e conseqüentemente marcaram a construção de sua identidade. A discriminação sofrida por Esperança reproduz um imaginário

social acerca do cabelo da mulher negra, o qual o feminismo negro historicamente tem tentado desconstruir, atribuindo um novo significado ao cabelo negro como um marcador social e cultural afrodescendente (GOMES, 2003).

A despeito das professoras afirmarem que não sofreram racismo na instituição onde trabalham a presença do racismo contra o negro em especial, da mulher negra é percebida nos diferentes espaços profissionais e evidencia que a discriminação está presente nas instituições. Para Werneck (2016, p. 541):

[...] o racismo institucional (RI), que possivelmente é a dimensão mais negligenciada do racismo, desloca-se da dimensão individual e instaura a dimensão estrutural, correspondendo a formas organizativas, políticas, práticas e normas que resultam em tratamentos e resultados desiguais.

O racismo institucional está presente no cotidiano das instituições, causando desigualdades raciais e favorecendo uns em detrimento de outros do ponto de vista racial (Werneck, 2016). Essas relações desiguais prejudicam o crescimento profissional dos negros e os colocam em lugar de desvantagem em relação aos brancos.

O racismo vivenciado na infância e adolescência pelas mulheres negras especialmente em relação ao cabelo é algo recorrente. O cabelo da mulher negra na cultura afro-brasileira a partir do feminismo negro representa empoderamento e um forte elemento que constitui a identidade étnico-racial. A esse respeito Gomes (2003, p. 174) afirma:

O cabelo é um dos elementos mais visíveis e destacados do corpo. Em todo e qualquer grupo étnico ele é tratado e manipulado, todavia a sua simbologia difere de cultura para cultura. Esse caráter universal e particular do cabelo atesta a sua importância como símbolo identitário.

O cabelo da mulher negra por muito tempo foi causa de discriminação racial, sobretudo, no ambiente escolar, na atualidade mudanças paulatina vêm transformando o modo de conceber o cabelo negro, isso faz parte de um constante trabalho dos movimentos sociais, sobretudo, do feminismo negro e movimento negro, que vem promovendo a valorização do ser mulher negra na sociedade (GOMES, 2003). Para isso é necessário dialogar acerca das relações étnico-raciais e as questões de gênero no contexto escolar em vistas a construir um novo significado do ser mulher e negra.

Promover a valorização da cultura afro-brasileira e africana e a igualdade de gênero deve ser os objetivos principais de uma educação para a diversidade. A escola é um espaço onde são estabelecidas diversas relações sociais. A discriminação, o preconceito, o racismo e o sexismo estão presentes na escola. A formação de professores para as relações étnico-raciais

e de gênero precisa ser um elemento fundamental nos cursos de formações inicial e continuada, com vista a formar um profissional crítico, reflexivo e sensível às questões raciais e de gênero de modo a contribuir para subversão dos estereótipos e estigmas acerca da mulher negra que pode influenciar na construção de sua identidade étnico-racial.

A mulher negra e professoras na Amazônia paraense, mais especificamente em Tracuateua-PA evidencia em seus discursos a importância de se trabalhar as relações étnico-raciais em sala de aula, destacam que a discriminação e o preconceito estão presentes nas escolas e em sua trajetória de vida. As mulheres negras e professoras vivenciaram um contexto social marcado pelo racismo onde o ser negro possui representações de inferioridade, de lutas e desigualdades. A identidade étnico-racial é apontada pelas professoras como um campo de lutas, onde a cultura, religiões e saberes coletivos fazem parte de uma relação dialógica.

Os signos ideológicos (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2014) que emergem dos discursos das professoras negras revelam um contexto social permeado pelo racismo, preconceito muitas vezes falseado pela visão idílica de que somos todos iguais, onde não existe reconhecimento da identidade e o ser negro representa inferioridade.

3.4 A construção do ser professora e mulher negra na Educação Básica e o reconhecimento da identidade étnico-racial.

Essa seção analisa a construção do ser mulher negra e professora na Educação Básica em Tracuateua no nordeste do Pará. A mulher negra e professora faz parte de um contexto histórico onde o negro, especialmente a mulher negra, vivenciou situações de discriminação racial e de gênero baseadas em uma sociedade patriarcal que exerce um controle sobre a mulher e seu espaço na sociedade (DAVIS, 2016).

A identidade étnico-racial da mulher negra na condição de professora é construída em meios às relações sociais nos diferentes espaços, inclusive na escola. O ser professora representa um novo *status* social da mulher negra que historicamente ocupou a função de faxineira e lavadeira. A respeito da construção do ser professora questionamos: *Como e por que você resolveu ser professora?* Os discursos mais expressivos revelam:

Pelo prazer de gostar e admirar a profissão e a necessidade de colocar em prática tudo que aprendi, ou seja, meus conhecimentos, dividir com quem necessita aprender (Dandara, Questionário, 2018).

Quando eu estudava a 4ª série inspirada em uma professora super dedicada que eu tinha, foi aí então que me encantei pela profissão de ser professora, pois essa profissão é muito gratificante (Esperança, Questionário, 2018).

Na época, existiam somente três opções de curso no 2º grau que eram administração, contabilidade e o magistério, optei pelo magistério direcionada pelo meu pai (Maria Felipa, Questionário, 2018).

[...] no momento foi a primeira que veio como opção. Resolvi ser professora pelo fato de gostar de trabalhar com crianças (Lélia Gonzalez, Questionário, 2018).

Fui convidada para coordenar uma escola de Educação Infantil. Então, percebi que eu queria ser professora e resolvi abraçar essa profissão por dedicação e amor (Carolina Maria de Jesus, Questionário, 2018).

Durante cinco anos trabalhei como Educadora Social (ambiente não escolar) com crianças, adolescente e idosos e mediante o curso de Pedagogia, observei a grande possibilidade de atuação e contribuição na prática educativa seja na escola ou fora dela (Mariana, Questionário, 2018).

Com base nos discursos mais expressivos, os motivos pelos quais as professoras resolveram seguir a profissão do magistério são os mais variados. Algumas afirmam que escolheram a carreira docente por conta da admiração e pelo desejo de compartilhar seus conhecimentos, outras inspiradas por professores ou influenciadas pela família, as demais afirmam ainda, que a escolha se deu pelo fato do magistério se apresentar como a primeira opção profissional ou por conta de experiências em atividade relacionadas ao contexto escolar.

O ser professora reflete diversas significações, as professoras evidenciam memórias da infância relacionada a professores que marcaram sua trajetória escolar, e conseqüentemente tiveram influência significativa na escolha pela profissão do Magistério. Os discursos evidenciam ainda, a formação de 2º grau instituída pela Lei Nº 5.692/71²⁶ composta pelos Cursos de Magistério, Contabilidade e Administração. Os discursos revelam ainda, a vontade de ingressar no mercado de trabalho e ocupar profissionalmente o espaço público.

Para Oliveira et al (2006, p.548), “[...] o desenvolvimento pessoal e profissional de um professor é um processo complexo e tecido conforme ele se posiciona em relação a múltiplas e, por vezes, contraditórias situações”. Quando se trata da mulher negra e professora as múltiplas relações estabelecidas envolvem relações de discriminação, segregação e exclusão (LOURO, 1997; DAVIS, 2016).

²⁶Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

A mulher negra na sociedade brasileira advém de um histórico de negação e lutas até chegar à condição de professora (GOMES, 1995). O ser mulher negra e professora representa uma conquista significativa no que se refere à inserção da mulher negra no mercado de trabalho, além disso, implica em um posicionamento político frente ao lugar de fala da professora enquanto mulher e negra na desconstrução de estigmas e estereótipos historicamente arraigados na sociedade brasileira.

A mulher negra na condição de professora traz consigo uma representatividade positiva na construção da identidade étnico-racial de seus alunos, visto que possui um papel fundamental na desconstrução do racismo e sexismo que inferiorizam o ser negro, sobretudo, a mulher negra e sua cultura. Ser professora em uma sociedade que desvaloriza continuamente a profissão docente representa ainda um ato de resistência, luta e comprometimento com a Educação.

Ser professora e mulher negra na Amazônia paraense significa uma constante luta em meio às relações raciais e de gênero, requer compreender o seu papel político no desenvolvimento de práticas que possibilitem uma educação para a diversidade. Ainda relacionado ao ser professora questionamos: *Você gosta de ser professora? Por quê?* O quadro a seguir evidencia os discursos mais expressivos:

QUADRO 4: Ser professora

Professoras	Você gosta de ser professora? Por quê?
Maria Felipa	<i>Sim, [...] me identifico com a possibilidade de poder ensinar alguém a ler, escrever e se relacionar com o mundo e a sociedade, isso traz autoestima.</i>
Adelina	<i>Sim, [...] apesar de todas as dificuldades salariais e estruturais, eu gosto de ser professora, pois acredito que a educação ainda é a forma certa para mudar para melhor a realidade de um país como o nosso.</i>
Mariana	<i>Sim, [...] muitas são as dificuldades, devido ao tempo de aprendizagem de cada criança. Mas, é muito gratificante acompanhar, intervir e contribuir para o desenvolvimento de cada criança.</i>
Esperança	<i>Sim, [...] porque sempre digo na nossa profissão ajudamos a salvar vidas, pois ajudar uma criança a descobrir o mundo da leitura e da escrita não é tarefa fácil, mas com amor e dedicação a gente consegue.</i>

FONTE: elaborado pela autora com base nos dados do questionário 2018.

As professoras entrevistadas afirmam se identificarem com a profissão docente por diversos motivos, dentre eles: compartilhar conhecimentos com quem precisa; trabalhar com seus alunos a leitura e escrita e sua relação com a sociedade, do mesmo modo, elas enfatizam as dificuldades que permeiam a profissão do professor sejam salariais, estruturais ou

relacionadas ao tempo de aprendizagem dos alunos. No entanto, acreditam em uma educação capaz de melhorar a realidade do país e a vida dos alunos.

O magistério historicamente sofre com o processo de precarização e desvalorização do trabalho do professor (TANURI, 2000). Apesar desse processo, é possível perceber nos discursos, que as professoras negras construíram uma identidade positiva com relação à profissão docente, elas reconhecem as dificuldades que permeiam a profissão do magistério, mas, compreendem a sua importância para a transformação social.

A identidade profissional que cada professor constrói envolve processos subjetivos, bem como, significados construídos socialmente e historicamente acerca do magistério. Segundo Pimenta (1996, p. 76):

A identidade profissional se constrói, pois, a partir da significação social da profissão; da revisão constante dos significados sociais da profissão; da revisão das tradições [...]. Constrói-se, também, pelo significado que cada professor, enquanto ator e autor, confere à atividade docente no seu cotidiano a partir de seus valores, de seu modo de situar-se no mundo, de sua história de vida, de suas representações, de seus saberes, de suas angústias e anseios, do sentido que tem em sua vida o ser professor.

A identidade profissional das professoras negras traduz um sentimento positivo acerca da profissão do magistério, a possibilidade de transformar a realidade social por meio da educação as motiva a superar as dificuldades e a desvalorização do trabalho do professor. Dessa forma, o processo de construção de ser mulher negra e professora envolvem valores, experiências, saberes, angústias, anseios, dentre outros aspectos.

Ser mulher negra e professora exige um reconhecimento do seu próprio espaço na sociedade, na luta contra as discriminações raciais e de gênero que geram estereótipos imbricados na cultura brasileira, desenvolvendo uma função importante no que se refere ao trabalho educativo nas escolas, no sentido de oferecer possibilidades de combater a discriminação e preconceito no ambiente escolar (GOMES, 1995).

O ser mulher e professora negra também foi objeto de questionamento. A esse respeito indagamos: *A condição de professora e mulher negra tem alguma interferência em sua carreira profissional? Qual?* Os discursos afirmam:

Não, porque o direito é de todos e precisa ser respeitado. (Dandara, Questionário, 2018).

Não, não vejo isto como uma “Condição” de mulher ou professora. Sou mulher, sou professora e graças a Deus, não vejo interferência alguma até o momento em minha carreira. (Mariana, Questionário, 2018).

Os discursos evidenciam que a condição de mulher negra não interferiu em suas carreiras profissionais, as professoras afirmam que todos possuem direitos e precisam ser respeitados, ressaltam ainda que o ser mulher e negra não é visto como uma “condição” ou algo que interfira em sua trajetória profissional.

A condição de mulher negra, a despeito de não interferir na carreira profissional das professoras, alguns estudos afirmam que a mulher negra está historicamente em desvantagem em relação aos demais grupos sociais, principalmente no que se refere ao mercado de trabalho (GOMES, 1995; DAVIS, 2016; LOURO, 1997).

A posição de desvantagem vivenciada historicamente pelas mulheres negras na sociedade brasileira pode interferir de alguma forma na trajetória profissional, tendo em vista que a mulher negra sempre foi quem desenvolveu as profissões mais desvalorizadas socialmente (DAVIS, 2016).

A sociedade brasileira historicamente construiu e delimitou os papéis sociais de homem e de mulher, a ideia do patriarcalismo legitimou a submissão da mulher em relação ao homem, e quando se trata da mulher negra essa relação de subordinação é ainda mais perceptível, visto que as mulheres brancas ao longo da história desfrutavam de alguns privilégios em relação às mulheres negras (LOURO, 1997, DAVIS, 2016, GOMES, 1995; CRUZ, 2013).

Os papéis sociais estabelecidos em meio às relações étnico-raciais e de gênero refletem no modo como os sujeitos se reconhecem. A construção social do ser mulher negra e professora corroboram no reconhecimento de sua identidade étnico-racial. A esse respeito questionamos: *Em qual momento ou situação da sua vida, você reconheceu sua identidade étnico-racial?* Os discursos mais expressivos evidenciam:

Quando comecei a trabalhar e reconhecer que nós mulheres podemos ser independente, mesmo casada, assumindo todas as responsabilidades e deveres de cidadã (Dandara, Questionário, 2018).

Meus avós eram negros e cresci sendo educada independentemente da cor e raça, somos todos iguais (Anastácia, Questionário, 2018).

Ao observar as pessoas brancas, mulatas, negras percebi que sou parda, pois sou uma mistura de pai e mãe (Maria Felipa, Questionário, 2018).

Sempre me reconheci, entretanto, no sentido de pertencimento e identidade, diante do preconceito e discriminação que infelizmente acontece. Sempre refletirmos sobre nossa identidade, nossa origem, nosso pertencimento, igualdade e luta no cenário atual (Mariana, Questionário, 2018).

A partir do momento em que passei a reconhecer que a cor da pele ou do cabelo de uma pessoa não determina a sua capacidade, o lugar que ela ocupa na sociedade (Esperança, Questionário, 2018).

O reconhecimento da identidade étnico-racial das professoras acontece em diferentes momentos: por meio da inserção no mercado de trabalho, pelos laços familiares, bem como, a partir do contexto social. Os discursos revelam ainda que, essas construções identitárias acontecem em meio a uma sociedade patriarcal e marcadamente preconceituosa, outras professoras ressaltam que reconheceram sua identidade étnico-racial a partir do momento que compreenderam que os aspectos físicos não influencia o lugar que o sujeito ocupa socialmente.

A identidade étnico-racial das professoras negras é construída e reconhecida em meio às diversas relações sociais. A mulher negra e professora constrói sua identidade em uma sociedade patriarcal na qual o casamento é visto como algo que a mulher deve privilegiar (FREYRE, 2003). A mestiçagem é outro ponto evidenciado nos discursos das professoras. No Brasil a miscigenação se apresentou como uma forma do negro reduzir os efeitos das discriminações raciais baseadas no ideal de branqueamento acreditava-se que gradativamente o negro poderia desaparecer da sociedade brasileira, o que gerou sequelas na construção da identidade étnico-racial (MUNANGA, 1999).

A mulher negra e professora reconhece sua identidade étnico-racial também por meio das lutas contra a discriminação e preconceito presentes no contexto social. O movimento negro, nesse sentido, tem buscado resgatar e valorizar a negritude, na construção de uma identidade étnico-racial que reconheça a importância da participação do negro na construção da sociedade brasileira.

Segundo (GOMES, 2003), a construção e o reconhecimento da identidade negra é um processo lento em que o sujeito passa por diferentes etapas, desde a negação até a construção do pertencimento racial ou cultural.

A autoclassificação no que se refere à cor é algo subjetivo, pois reflete o reconhecimento a um determinado grupo étnico-racial, por meio das características culturais, históricas, fenótipos, entre outras. O reconhecimento da identidade étnico-racial além de ser uma construção social é também uma construção política (GUIMARÃES, 2012).

A mulher negra e professora ao reconhecer sua identidade étnico-racial constrói laços de pertencimento e pode se tornar uma forte arma na resistência e luta contra a discriminação racial e de gênero presentes no campo educacional. Ao trabalhar a identidade étnico-racial em sala de aula possibilita a desconstrução de um imaginário social que coloca a mulher negra em

um lugar de subalternização e inferioridade baseado em relações interseccionais estabelecidas historicamente (DAVIS, 2016).

Trabalhar a identidade negra na sala de aula é fundamental para a desconstrução das relações de desigualdades vivenciadas pelo negro em especial a mulher negra. Nesse sentido questionamos: *Como você trabalha a identidade negra na sala de aula?* Os discursos revelam:

[...] valores, o respeito às culturas, religiões, o eu e o outro (Dandara, 2018).

Dialogando sobre o preconceito e esclarecendo sobre o respeito às diferenças (Carolina Maria de Jesus, Questionário, 2018).

Exposição de cartazes com cenas da história africana, painel de profissões ocupadas pelos negros de pessoas famosas. Relatos de experiência sobre preconceito, diferença entre cultura negra e africana, etc. (Esperança, Questionário, 2018).

Mostrando toda a história do povo negro, através de projetos pedagógicos. (Eva Maria, Questionário, 2018).

De modo geral as professoras afirmam que trabalham a identidade negra em sala de aula por meio da construção de valores, do respeito à cultura, e dialogando acerca das diferenças e preconceitos. As professoras afirmam desenvolver atividades pedagógicas que abordem a história afrodescendente no sentido de valorizar a cultura, bem como, discutir sobre preconceito a partir dos relatos dos alunos.

Os discursos das professoras evidenciam a implementação da Lei 10.639/2003 na qual estabelece diretrizes para práticas pedagógicas no âmbito da sala de aula com vistas a incluir a história e cultura afro-brasileira e conseqüentemente a identidade negra nos currículos escolares. A construção da identidade negra como as demais identidades que um sujeito constrói perpassa por diversos contextos. Segundo Gomes (2003, p. 171):

Assim, como em outros processos identitários, a identidade negra se constrói gradativamente, num processo que envolve inúmeras variáveis, causas e efeitos, desde as primeiras relações estabelecidas no grupo social mais íntimo, em que os contatos pessoais se estabelecem permeados de sanções e afetividade e no qual se elaboram os primeiros ensaios de uma futura visão de mundo. Geralmente tal processo se inicia na família e vai criando ramificações e desdobramentos a partir das outras relações que o sujeito estabelece.

A escola tem uma função importante no processo de construção da identidade negra, pois, na vivência escolar o sujeito estabelece relações que contribuem para constituição de

suas diferentes identidades. As professoras apontam algumas formas de trabalhar a identidade negra em sala de aula a partir do diálogo, exposição de cartazes outras práticas pedagógicas.

A escola é espaço permeado por relações raciais, de gênero, onde a imagem da mulher negra é concebida e interiorizada pelos sujeitos sociais, refletindo na construção da identidade da mulher negra. Segundo Gomes (1995, p.188), é um “[...] desafio construir uma autoimagem positiva da mulher negra em uma sociedade que a exclui e discrimina é uma marca do processo de construção da identidade racial das professoras”. A mulher negra e professora, ao construir sua identidade étnico-racial, recorda processos vivenciados socialmente, e construídos historicamente, o que as possibilita desenvolver um olhar sensível sobre o processo de construção da identidade negra de seus alunos (GOMES, 2003).

A construção da identidade negra por parte das professoras sugere uma mudança de posicionamento que pode refletir em sua prática pedagógica. A esse respeito perguntamos as professoras: *Sua prática pedagógica sofreu alguma mudança a partir do momento que você se percebeu como mulher negra e professora? Os discursos mais expressivos revelam:*

Não, até mesmo porque nunca me senti discriminada pela minha cor (Maria Felipa, Questionário, 2018).

Não, minha prática sempre foi pautada dentro do reconhecimento de ser mulher negra, num país com preconceitos como é o Brasil (Adelina, Questionário, 2018).

Sim, sem dúvidas, pois, temos que divulgar e produzir conhecimentos, bem como atitudes, posturas e valores que eduquem cidadão quanto a diversidade étnico-racial (Esperança, Questionário, 2018).

Os discursos mais expressivos revelam que as práticas pedagógicas de algumas professoras não se modificaram a partir do reconhecimento como mulher negra e professora, outras afirmaram que sim, entretanto, todas reconhecem a importância de trabalhar a valorização e o reconhecimento racial, ressaltam ainda que o Brasil é um país preconceituoso, e que é necessário construir atitudes e posturas que valorizem a diversidade étnico-racial presente nas escolas.

O reconhecimento enquanto mulher e professora negra colaboram para práticas pedagógicas que valorizem as relações raciais e de gênero nas escolas. Nesse sentido, Gomes (1995, p. 169) ressalta: “[...] o trabalho com a questão racial em sala de aula representa a maneira de se relacionar com os alunos pertencentes aos diferentes segmentos raciais, valorizando e respeitando suas particularidades culturais, e compreendendo suas histórias de

vida”. A condição de mulher negra e professora, precisa refletir em suas práticas pedagógicas, no sentido de construir ações que valorizem diversidade cultural presente no ambiente escolar.

A mulher negra na sala de aula representa resistência, seu o espaço no magistério foi conquistado por meio de muitas lutas, mas, ainda é necessário muitas conquistas para que a mulher negra esteja em nível de igualdade com os demais grupos sociais, sua prática pedagógica na sala se aula precisa refletir essas conquistas e problematizar as relações de desigualdade ainda estabelecidas no contexto educacional.

A mulher negra na condição de professora construiu uma identidade positiva na profissão do magistério, elas afirmam que na sua trajetória profissional não sofreram com o racismo e a discriminação, outras apontam que durante sua trajetória de vida sofreram discriminações por seus traços fenóticos.

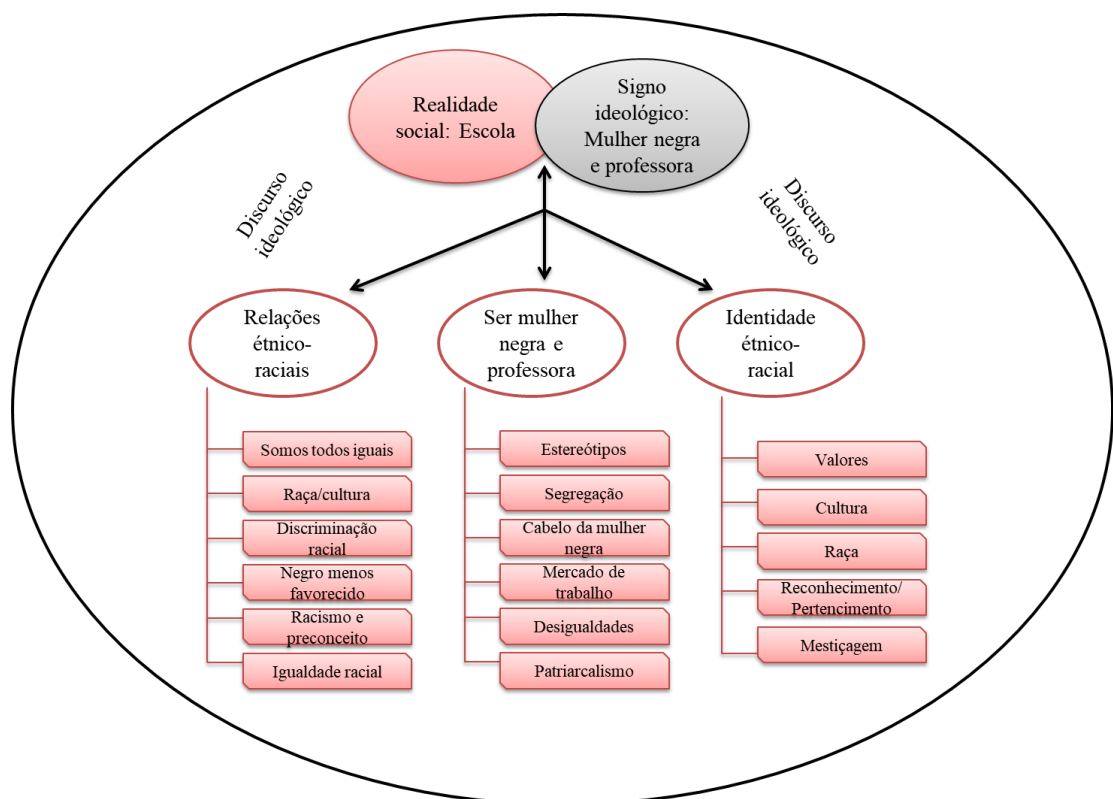
As professoras negras trabalham por meio de práticas pedagógicas no sentido de dialogar acerca da história afro-brasileira visando valorizar a cultura, promovendo o respeito nas relações sociais e uma Educação para a diversidade étnico-racial.

Os signos ideológicos (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2014) que emergem nos discursos das professoras negras evidenciam uma luta contra o preconceito a discriminação e o patriarcalismo presentes na sociedade brasileira. As professoras negras reconhecem a importância de se trabalhar a identidade negra na sala de aula para a desconstrução de estigmas e estereótipos sobre o ser negra, revelam ainda a necessidade de se construir valores que estimulem relações baseadas no respeito, atitudes e posturas voltadas à uma Educação para a diversidade étnico-racial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mulher negra e professora, faz parte de um processo histórico e social de muitas lutas e invisibilidades, o signo ideológico mulher negra e professoras nesse estudo traz consigo diferentes significações. A partir da análise do discurso ideológico em Bakhtin/Volochínov (2014) do signo ideológico (mulher negra e professora), da realidade social (escola) relacionados aos eixos de análises apresentamos na figura 2 os signos ideológicos que emergiram dos discursos das professoras negras.

FIGURA 2: Discurso ideológico das professoras negras



FONTE: Elaborado pela autora com base no questionário 2018.

No eixo, relações étnico-raciais os discursos das professoras revelam que no imaginário social existe um pensamento de igualdade racial sustentado pelo mito da democracia racial, ao mesmo tempo evidenciam-se o racismo impregnado na sociedade brasileira, resultando em relações de desigualdade baseadas na discriminação e preconceito racial, colocando o negro e sua cultura em um lugar de inferioridade.

No tocante ao eixo ser mulher negra e professora, os discursos enfatizam a construção do ser professora negra permeado por estereótipos acerca da mulher negra e da profissão do magistério, estabelecidos em uma sociedade patriarcal, revelam ainda, que as professoras negras vivenciaram em sua trajetória de vida a discriminação e o preconceito racial. Os

discursos apontam a precarização do trabalho docente, no entanto, demonstram que as professoras negras construíram uma identidade positiva acerca do magistério.

Com relação ao eixo identidade étnico-racial, as professoras revelam que a identidade é construída socialmente e envolve valores, cultura, e reconhecimento. Algumas das professoras entrevistadas da Educação Básica do município de Tracuateua-PA se autoidentificaram como negras, outras percebemos que há uma ausência de reconhecimento da identidade reproduzida no discurso da miscigenação racial. Elas compreendem a necessidade de dialogar sobre identidade negra na sala de aula tendo como base a Lei 10.639/2003.

Concluimos que as professoras negras construíram suas identidades em meio a uma realidade social marcada por relações de desigualdades, onde o ser negro especialmente a mulher negra representa inferioridade. A mulher negra e professora vivencia diariamente situações de discriminação e preconceito na escola e isso influencia no modo como a mesma constrói sua identidade étnico-racial.

Esse estudo aponta a necessidade de se investir em formação continuada com vista a garantir bases teóricas que possibilitem aos professores dialogar sobre as relações étnico-raciais em sala de aula, ao mesmo tempo constatamos que mesmo de forma tímida as professoras têm se movimentado por meio de práticas pedagógicas que visem uma Educação para a diversidade étnico-racial.

A pesquisa não se esgota aqui, mas, colabora para estudos futuros acerca da mulher negra e sua trajetória histórica e social, firmada no feminismo negro como um movimento que deu visibilidade as lutas e reivindicações da mulher negra invisibilizada socialmente e historicamente e se apresenta como um debate pertinente e necessário.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher negra e Educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

ALVES, Ana Carla Farias; ALVES, Ana Karina Silva. **As trajetórias e lutas do Movimento Feminista no Brasil e o seu protagonismo social das mulheres**. In: SEMINÁRIO CETROS NEODESENVOLVIMENTISMO, TRABALHO E QUESTÃO SOCIAL, 3., 2013, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: UECE, 2013, p. 113-121.

ANDRÉ, Maria da Consolação. **O ser negro: a construção de subjetividade em afro-brasileiros**. Brasília: LGE ed., 2008.

BAKHTIN, Mikael. (VOLOCHÍNOV, V. N). **Marxismo e filosofia da linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira, 16ª ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

BAKHTIN, Mikael. **Estética da Comunicação Verbal**. Tradução de Paulo Bezerra 4. ed. São Paulo: Martin Fontes, 2003.

BANDEIRA, Lourdes; VASCONCELOS, Marcia. **Equidade de gênero e políticas públicas: reflexões iniciais**. Brasília: Caderno Agente, v. 3., 2002.

BENTO, Maria Aparecida Silva; CARONE, Iray. **Psicologia Social do Racismo: Estudos Sobre Branquitude e Branqueamento no Brasil**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

BRAIT, Beth. (org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. 2 ed. rev. 4., Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. 2015. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf&category_slug=agosto-2017-pdf&Itemid=30192. [Acesso em 19 de março de 2019].

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília, DF: MEC, 2004.

BRASIL. **Legislação n. 230. Legislação da mulher**. 7. ed. Câmara dos Deputados, 2016.

BRASIL. **Lei Maria da Penha: Lei no 11.340**, de 7 de agosto de 2006. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 20 de dezembro de 2003, altera a Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”**. In: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF. 10 de jan., 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira.** Parecer CNE/CP3/2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/1996.** Brasília: Senado Federal, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. LEI Nº 5.692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971. **Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus.** Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. [Acesso em 20 de maio de 2019].

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília, 2004.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão.** 3ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARNEIRO, Sueli. **A mulher negra na sociedade brasileira – o papel do movimento feminista na luta anti-racista.** Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2003.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía. **A cor ausente: um estudo sobre a presença do negro na formação de professores.** 2005. 205 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política.** Brasília: Labrys, n. 7, 2005.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero.** Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

CRUZ, Lindalva Alves. **Construção da Cidadania das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Piauí.** 1 ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2013.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOMINGUES, Petrônio José ou DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro: história, tendências e dilemas contemporâneos.** Revista de História (UFES), v. 21, p. 101-124, 2008.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. **Brasil afro-brasileiro.** In. FONSECA. M. N. S. Visibilidade e ocultação da diferença: imagens de negro na cultura brasileira, 2 ed., Belo Horizonte.: Autêntica, 2001.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. **Brasil afro-brasileiro.** In. FRANCISCO, D. Comunicação, identidade cultural e racismo, 2 ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** 48 ed., Rio de Janeiro: Schmidt, 2003.

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). **Estatísticas Municipais Paraenses: Tracuateua**, Belém, 2016.

GOMES, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. In: Ricardo Henriques. (Org.). Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal. 10.639/03. ed. Brasília: SECAD/MEC, 2005, p. 39-62.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e identidade negra**. Belo Horizonte : Aletria (UFMG), n. 9, p. 38-47, 2003.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo**. São Paulo: Educação e Pesquisa, v. 29, n. 1, p. 167-182, jan./jun., 2003.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo**. São Paulo: Educação e Pesquisa (USP), v. 29, n.1, p. 167-182, 2003.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, Raça e Gênero: relações imersas na alteridade**. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA E CONFERÊNCIA: RELAÇÕES ÉTNICAS E RACIAIS NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE, 20., 1., 1996, Minas Gerais, Cadernos Pagu. Minas Gerais: UFMG, 1996, p. 67-82.

GOMES, Nilma Lino. GOMES. **Educação, relações étnico-raciais e a lei n° 10.639/03:19 breves reflexões**. In. BRANDÃO, A. P. (Org). Modos de fazer: cadernos de atividade, saberes e fazeres. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010.

GOMES, Nilma Lino. **Mulheres negras e educação: trajetórias de vida, histórias de lutas**. In: I Simpósio Internacional: o desafio da diferença, articulando gênero, raça e classe. Anais. Salvador, 2000.

GOMES, Nilma Lino. **Relações Étnico-Raciais, Educação e descolonização dos currículos**. Currículo sem Fronteiras, (online) v.12, n.1, p. 98-109, Jan/Abr., 2012. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/>

GOODSON, Ivor Frederick. **Dar voz ao professor: as histórias de vida dos professores e o seu desenvolvimento profissional**. In: NÓVOA, A. (Org.). Vidas de professores. 2. ed., Porto: Porto Editora, 1995.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Preconceito de cor e racismo no Brasil**. São Paulo: Revista de Antropologia, v. 47, n.1, p. 9-44, 2004.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Preconceito racial: modos, temas e tempos**. 2. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e Anti-Racismo No Brasil**. Novos Estudos CEBRAP, n.43, p. 26-44, 1995.

HALL, Stuart. **Identidade cultural da pós-modernidade**. 10 ed., Rio de Janeiro: DP&A editora, 2005.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

IBGE. BRASIL. **Estatísticas de Tracuateua**. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/tracuateua>

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Retratos da desigualdade de gênero e raça**. Brasília: Ipea, 2011.

WERNECK, Jurema. **Racismo institucional e saúde da população negra**. São Paulo: Saúde Soc., v.25, n.3, p.535-549, 2016.

LIMA, Márcia; RIOS, Flavia M.; FRANCA, D. **Articulando Gênero e Raça: a participação de mulheres negras no mercado de trabalho (1995-2009)**. In: MARCONDES, Mariana Mazzini (Org.). Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. 1ed. Brasília: IPEA, 2013, p. 53-80.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, História e Educação: construção e desconstrução**. Porto Alegre: Educação e realidade, v. 20, n. 2, p. 101-132, 1995.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Mulheres na sala de aula**. In. DEL PRIORE, Mary (Org). História das Mulheres no Brasil. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATOS, Marlise. **Movimento e a Teoria Feminista em sua Nova Onda: entre encontros e confrontos, seria possível reconstruir a Teoria Feminista a partir do Sul Global?**. Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impresso), v. 18, p. 67-92, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 34. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2015.

MULLER, Maria Lúcia Rodrigues. **Professoras Negras na Primeira República**. Niterói/RJ: Cadernos PENESB , v. 1, n.1, p. 21-68, 1999.

MUNANGA, Kabengele. **O Anti-racismo no Brasil**. In: Estratégias e políticas de combate à discriminação racial. São Paulo: Edusp, p.79-111, 1996.

MUNANGA, Kabengele. **Prefácio**. In. CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 10-11. (Coleção Psicologia Social).

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional Versus Identidade Negra**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem Conceitual das noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESBRJ, 2003.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **A Reestruturação do Trabalho Docente: precarização e flexibilização**. Campinas-SP: Educação e Sociedade, v. 25, n. 89. p. 1127-1122, 2004.

OLIVEIRA, Rosalira dos Santos. **Guardiães da identidade? As religiões afro-brasileiras sob a ótica do movimento negro**. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 11., **Anais...** Salvador, 2011.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. **Anarquismo sindicatos e revolução (1906-1936)**. 267 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas e Filosofia) - Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de; SILVA, Ana Paula Soares; CARDOSO, Fernanda Moreno; AUGUSTO, Silvana de Oliveira. **Construção da identidade docente: relatos de educadores de educação infantil**. [S.l.]: Cadernos de Pesquisa (fundação Carlos Chagas), v. 36, p. 547-571, 2006.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de professores: identidade e saberes da docência**. In: Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez Editora, 1999. (p. 15 a 34).

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Feminismo, História e poder**. Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impresso), v. 18, p. 15-23, 2010.

RABELO, Amanda Oliveira. **O gênero e a profissão docente: impactos na memória das normalistas**. [S.l.]: Revista Ártimes, vol. 6, p. 58-67, julho 2009.

SAFFIOT, Heleieth Iara Bongiovani. **Contribuições Feministas para o Estudo da Violência de Gênero**. Campinas: Cadernos pagu (UNICAMP), v. 16, p. 115- 136, 2001.

SAFFIOT, Heleieth Iara Bongiovani. **A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SAFFIOT, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero e patriarcado: a necessidade da violência**. In: CASTILLO-MARTÍN, Márcia; OLIVEIRA, Suely de (Orgs.). Marcadas a ferro: violência contra mulher uma visão multidisciplinar (p. 35-76). Brasília: Secretaria Especial de Política para Mulheres, 2005.

SAMPAIO, Maria das Mercês Fereira; MARIN, Alda Junqueira. **Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares**. Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1203-1225, Set/Dez., 2004.

SANTOS, H. et al. Políticas públicas para a população negra no Brasil. ONU, 1999. [Relatório ONU]

SANTOS, Raquel Amorim dos. **[IN] visibilidade negra: Representações sociais de professores acerca das relações raciais no currículo escolar do Ensino Fundamental em Ananindeua (PA)**. 176 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

SANTOS, Raquel Amorim dos. **Ciclo de política curricular do Estado do Pará (2008-2012): a enunciação discursiva sobre relações “raciais”**. 270f. 2014. Tese (Doutorado em Educação)- Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará.

SANTOS, Raquel Amorim dos; SILVA, Rosângela Maria de Nazaré Barbosa e. **Racismo científico no Brasil: um retrato racial do Brasil pós-escravatura**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 68, p. 253-268, mar./abr. 2018.

SCHWARCZ, LÍlian Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, LÍlian Moritz. **Nem preto, nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. 1 ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SCOTT, Joan Wallach. **O enigma da igualdade**. Florianópolis: Estudos Feministas, 13(1): 216, janeiro-abril/2005.

SILVA, Tatiana Dias. **Mulheres negras, pobreza e desigualdade de renda**. In: MARCONDES, Mariana Mazzini (Org.). Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. 1ed. Brasília: IPEA, 2013, p. 109-132.

SIMONIAN, Ligia Terezinha Lopes **Mulheres da Amazônia brasileira: entre o trabalho e a cultura**. 1. ed. Belém: NAEA/UFPA, 2001. v. 1. p. 270.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

SOTERO, Edilza Correia. **Transformações no acesso ao ensino superior brasileiro: Algumas implicações para os diferentes grupos de cor e sexo**. In: MARCONDES, Mariana Mazzini (Org.). Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. 1ed. Brasília: IPEA, 2013, p. 35-52.

TANURI, Leonor Maria. **História da formação de professores**. Campinas-SP: Revista Brasileira de Educação, v.14, p. 61-88. 2000.

VALLE, Ione Ribeiro. **Carreira do magistério: uma escolha profissional deliberada?**. Brasília: Revista brasileira: Estudos Pedagógicos, v. 87, n. 216, p. 178-187, maio/ago., 2006.

VERRANGIA, Douglas; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. **Cidadania, relações étnico-raciais e educação: desafios e potencialidades do ensino de Ciências**. São Paulo: Educação e Pesquisa. Vol. 36, n.3, p. 705-718, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v36n3/v36n3a04.pdf>

VIANNA, Claudia Pereira. **A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente**. In: YANNOULAS, Silvia Cristina (Org.).

Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações. Brasília (DF): Abaré, 2013. Disponível em: <http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/44242>.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ANEXO I
QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS
INSTRUÇÕES

Prezada Professora

Este questionário destina-se a coleta de dados da pesquisa que realizo na graduação em Pedagogia da Universidade Federal do Pará – UFPA sob o título: Relações Étnico-Raciais e Gênero: A identidade de professoras negras da Educação Básica em Tracuateua-Pa.

Para a realização deste estudo, solicito sua colaboração respondendo esta entrevista para o enriquecimento desta pesquisa. Desde já, agradeço a contribuição neste processo de construção do conhecimento. Queremos informar que o caráter ético desta pesquisa assegura a preservação da identidade das pessoas participantes. Logo, não precisa identificar nominalmente.

Estou à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Thyele Siqueira Pereira
Pesquisadora



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ANEXO II
QUESTIONÁRIO

Perfil Identitário

1. Como você se autodeclara?

() Branca () Preta () Parda () Amarela () Indígena

2. Qual a sua religião? _____

3. Você participa de algum grupo social ou cultural?

() Sim () Não. Em caso positivo. Qual? _____

4. Onde você realizou seus estudos?

Ensino Fundamental () Escola Pública () Escola Pública e Privada () Escola Privada

Ensino Médio () Escola Pública () Escola Pública e Privada () Escola Privada

Ensino Superior () Escola Pública () Escola Pública e Privada () Escola Privada

Experiência Profissional

5. Qual a sua formação?

() Magistério (Nível Médio) () Nível superior

Outro. Qual? _____

6. Tempo de profissão no Magistério? _____

7. Você leciona na rede Municipal e Estadual? Em qual escola você trabalha?

8. Há quantos anos você leciona na Rede Municipal de Ensino de Tracuateua-PA? Em qual ano/série?

9. Você considera importante discutir a questão étnico-racial na sala de aula? Por quê?

10. Em sua formação continuada, quais os cursos que você participou sobre a temática das relações étnico-raciais?

11. O que você entende por identidade étnico-racial?

12. Na sua vida escolar e/ou pessoal você vivenciou alguma situação de discriminação racial? Qual? Como você reagiu?

13. Em sua formação continuada, quais os cursos que você participou sobre a temática das relações étnico-raciais? Para você existe preconceito e discriminação racial na sala de aula? Como eles se manifestam?

14. O que representa para você ser negro?

15. Você já sofreu racismo na instituição que trabalha ou em outro espaço social?

Identidade Étnico-Racial

16. Como e por que você resolveu ser professora?

17. Você gosta de ser professora? Por quê?

18. Em qual momento ou situação da sua vida, você reconheceu sua identidade étnico-racial?

19. Como você trabalha a identidade negra na sala de aula?

20. Sua prática pedagógica sofreu alguma mudança a partir do momento que você se percebeu como mulher negra e professora?

ANEXO III: ofícios encaminhados às escolas para a coleta de dados



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA - CBRAG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FACED



OFÍCIO CIRCULAR Nº 006/2019/FACED/CBRAG/UFPA

Bragança, 12 de junho de 2019.

A (o) Senhor (a)

Patrícia Melo Brito

Diretor (a) da Escola E.M.E.F. Edom Nascimento Pinheiro
Nesta

Assunto: Pesquisa de TCC.

Senhor (a) Diretor (a),

Solicito a permissão de V.Sa. para que o(a) discente **THYELE SIQUEIRA PEREIRA** (matrícula **201513240024**), regularmente matriculado (a) no Curso de Pedagogia (Lic.), Campus Universitário de Bragança, Universidade Federal do Pará (UFPA), desenvolva atividades de pesquisa acadêmica nessa Unidade Escolar.

A referida atividade faz parte do desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado "**Relações Étnico-raciais e gênero: A identidade de professoras negras de Educação Básica em Tracuateua-PA**", sob a orientação da Profa. Dra. Raquel Amorim dos Santos.

Atenciosamente,

[Assinatura]
RUBENILSON PROCÓPIO BRITO
Secretário da Faculdade de Educação
Portaria nº. 4562/2010-GR





UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA - CBRAG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FACED



OFÍCIO CIRCULAR Nº 006/2019/FACED/CBRAG/UFPA

Bragança, 12 de junho de 2019.

A (o) Senhor (a)

Andressa Pereira de Aviz

Diretor (a) da Escola E.M.E.J.F. Prof. Maria Lucimar Castro Castelo Branco
Nesta


Assunto: Pesquisa de TCC.

Senhor (a) Diretor (a),

Solicito a permissão de V.Sa. para que o(a) discente **THYELE SIQUEIRA PEREIRA** (matrícula **201513240024**), regularmente matriculado (a) no Curso de Pedagogia (Lic.), Campus Universitário de Bragança, Universidade Federal do Pará (UFPA), desenvolva atividades de pesquisa acadêmica nessa Unidade Escolar.

A referida atividade faz parte do desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado "**Relações Étnico-raciais e gênero: A identidade de professoras negras de Educação Básica em Tracuateua-PA**", sob a orientação da Profa. Dra. Raquel Amorim dos Santos.

Atenciosamente,


RUBENILSON PROCÓPIO BRITO
Secretário da Faculdade de Educação
Portaria nº. 4562/2010-GR


Andressa P. de Aviz
Diretora
Port. Nº 032/2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA - CBRAG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FACED



OFÍCIO CIRCULAR Nº 006/2019/FACED/CBRAG/UFPA

Bragança, 12 de junho de 2019.

A (o) Senhor (a)

Andressa Pereira de Avez

Diretor (a) da Escola
Nesta

E. M. E. I. F. João de Deus da Rosa Reis

Assunto: Pesquisa de TCC.

Senhor (a) Diretor (a),

Solicito a permissão de V.Sa. para que o(a) discente **THYELE SIQUEIRA PEREIRA** (matrícula **201513240024**), regularmente matriculado (a) no Curso de Pedagogia (Lic.), Campus Universitário de Bragança, Universidade Federal do Pará (UFPA), desenvolva atividades de pesquisa acadêmica nessa Unidade Escolar.

A referida atividade faz parte do desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado "**Relações Étnico-raciais e gênero: A identidade de professoras negras de Educação Básica em Tracuateua-PA**", sob a orientação da Profa. Dra. Raquel Amorim dos Santos.

Atenciosamente,

RUBENSSON PROCÓPIO BRITO
Secretário da Faculdade de Educação
Portaria nº. 4562/2010-GR

Assinatura manuscrita de Andressa Pereira de Avez
Andressa P. de Avez
Diretora
Port. Nº 032/2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA - CBRAG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FACED



OFÍCIO CIRCULAR Nº 006/2019/FACED/CBRAG/UFGPA

Bragança, 12 de junho de 2019.

A (o) Senhor (a)

Maria Aparecida dos Santos Silva

Diretor (a) da Escola
Nesta

E.M.E.I.F. Raimundo Pinheiro de Melo

Assunto: Pesquisa de TCC.

Senhor (a) Diretor (a),

Solicito a permissão de V.Sa. para que o(a) discente **THYELE SIQUEIRA PEREIRA** (matrícula **201513240024**), regularmente matriculado (a) no Curso de Pedagogia (Lic.), Campus Universitário de Bragança, Universidade Federal do Pará (UFPA), desenvolva atividades de pesquisa acadêmica nessa Unidade Escolar.

A referida atividade faz parte do desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado "**Relações Étnico-raciais e gênero: A identidade de professoras negras de Educação Básica em Tracuateua-PA**", sob a orientação da Profa. Dra. Raquel Amorim dos Santos.

Atenciosamente,

RUBENILTON PROCÓPIO BRITO
Secretário da Faculdade de Educação
Portaria nº. 4562/2010-GR

Maria
ENEF. RAIMUNDO PINHEIRO DE MELO
Maria Aparecida dos Santos Silva
Gestora
Port. 02/19



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA - CBRA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FACED



OFÍCIO CIRCULAR Nº 006/2019/FACED/CBRAG/UFPA

Bragança, 12 de junho de 2019.

A (o) Senhor (a)

Patrícia Melo Leão

Diretor (a) da Escola E.M.E.F. Raimundo Olímpio de Moraes
Nesta

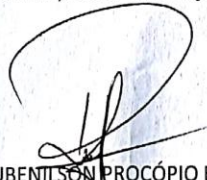
Assunto: Pesquisa de TCC.

Senhor (a) Diretor (a),

Solicito a permissão de V.Sa. para que o(a) discente **THYLE SIQUEIRA PEREIRA** (matrícula **201513240024**), regularmente matriculado (a) no Curso de Pedagogia (Lic.), Campus Universitário de Bragança, Universidade Federal do Pará (UFPA), desenvolva atividades de pesquisa acadêmica nessa Unidade Escolar.

A referida atividade faz parte do desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado "**Relações Étnico-raciais e gênero: A identidade de professoras negras de Educação Básica em Tracuateua-PA**", sob a orientação da Profa. Dra. Raquel Amorim dos Santos.

Atenciosamente,


RUBENSILSON PROCÓPIO BRITO
Secretário da Faculdade de Educação
Portaria nº. 4562/2010-GR





UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA - CBRAG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FACED



OFÍCIO CIRCULAR Nº 006/2019/FACED/CBRAG/UFPA

Bragança, 12 de junho de 2019.

A (o) Senhor (a)

Patricia Melo Beão

Diretor (a) da Escola
Nesta

E.M.E.I.F. Bento Saraiva da Silva

Assunto: Pesquisa de TCC.

Senhor (a) Diretor (a),

Solicito a permissão de V.Sa. para que o(a) discente **THYELE SIQUEIRA PEREIRA** (matrícula **201513240024**), regularmente matriculado (a) no Curso de Pedagogia (Lic.), Campus Universitário de Bragança, Universidade Federal do Pará (UFPA), desenvolva atividades de pesquisa acadêmica nessa Unidade Escolar.

A referida atividade faz parte do desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado "**Relações Étnico-raciais e gênero: A identidade de professoras negras de Educação Básica em Tracuateua-PA**", sob a orientação da Profa. Dra. Raquel Amorim dos Santos.

Atenciosamente,

RUBENS PROCÓPIO BRITO
Secretário da Faculdade de Educação
Portaria nº. 4562/2010-GR





UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA - CBRAG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FACED



OFÍCIO CIRCULAR Nº 006/2019/FACED/CBRAG/UFPA

Bragança, 12 de junho de 2019.

A (o) Senhor (a)

Marcia Irama Mesquita Cunha

Diretor (a) da Escola E.M.E.F. José Silveira Batista
Nesta

Assunto: Pesquisa de TCC.

Senhor (a) Diretor (a),

Solicito a permissão de V.Sa. para que o(a) discente **THYELE SIQUEIRA PEREIRA** (matrícula **201513240024**), regularmente matriculado (a) no Curso de Pedagogia (Lic.), Campus Universitário de Bragança, Universidade Federal do Pará (UFPA), desenvolva atividades de pesquisa acadêmica nessa Unidade Escolar.

A referida atividade faz parte do desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado "**Relações Étnico-raciais e gênero: A identidade de professoras negras de Educação Básica em Tracuateua-PA**", sob a orientação da Profa. Dra. Raquel Amorim dos Santos.

Atenciosamente,

RUBENILSON PROCÓPIO BRITO
Secretário da Faculdade de Educação
Portaria nº. 4562/2010-GR





UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA - CBRAG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FACED



OFÍCIO CIRCULAR Nº 006/2019/FACED/CBRAG/UFPA

Bragança, 12 de junho de 2019.

A (o) Senhor (a)

Thamyres de Almeida Lima

Diretor (a) da Escola E.M.E.I.F. Valdeomar Pinheiro da Silva
Nesta


Assunto: Pesquisa de TCC.

Senhor (a) Diretor (a),

Solicito a permissão de V.Sa. para que o(a) discente **THYELE SIQUEIRA PEREIRA** (matrícula **201513240024**), regularmente matriculado (a) no Curso de Pedagogia (Lic.), Campus Universitário de Bragança, Universidade Federal do Pará (UFPA), desenvolva atividades de pesquisa acadêmica nessa Unidade Escolar.

A referida atividade faz parte do desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado "**Relações Étnico-raciais e gênero: A identidade de professoras negras de Educação Básica em Tracuateua-PA**", sob a orientação da Profa. Dra. Raquel Amorim dos Santos.

Atenciosamente,


RUBENILSON PROCÓPIO BRITO
Secretário da Faculdade de Educação
Portaria nº. 4562/2010-GR


Thamyres de Almeida Lima
Portaria Nº 006/2019
DIRETORA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA - CBRAG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FACED



OFÍCIO CIRCULAR Nº 006/2019/FACED/CBRAG/UFPA

Bragança, 12 de junho de 2019.

A (o) Senhor (a)

Maria do Socorro Luz de Oliveira.

Diretor (a) da Escola E.M.E.I.F. José Moreira Ramos
Nesta

Assunto: Pesquisa de TCC.

Senhor (a) Diretor (a),

Solicito a permissão de V.Sa. para que o(a) discente **THYELE SIQUEIRA PEREIRA** (matrícula **201513240024**), regularmente matriculado (a) no Curso de Pedagogia (Lic.), Câmpus Universitário de Bragança, Universidade Federal do Pará (UFPA), desenvolva atividades de pesquisa acadêmica nessa Unidade Escolar.

A referida atividade faz parte do desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado "**Relações Étnico-raciais e gênero: A identidade de professoras negras de Educação Básica em Tracuateua-PA**", sob a orientação da Profa. Dra. Raquel Amorim dos Santos.

Atenciosamente,

RUBENILSON PROCÓPIO BRITO
Secretário da Faculdade de Educação
Portaria nº. 4562/2010-GR

Maria do Socorro Luz de Oliveira
Professora
RG 1692955



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA - CBRAG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FACED



OFÍCIO CIRCULAR Nº 006/2019/FACED/CBRAG/UFPA

Bragança, 12 de junho de 2019.

A (o) Senhor (a)

Rosilene Silva Costa Guimarães

Diretor (a) da Escola
Nesta

E. M. E. I. F. Odilon Holanda Pontes

Assunto: Pesquisa de TCC.

Senhor (a) Diretor (a),

Solicito a permissão de V.Sa. para que o(a) discente **THYELE SIQUEIRA PEREIRA** (matrícula **201513240024**), regularmente matriculado (a) no Curso de Pedagogia (Lic.), Campus Universitário de Bragança, Universidade Federal do Pará (UFPA), desenvolva atividades de pesquisa acadêmica nessa Unidade Escolar.

A referida atividade faz parte do desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado "**Relações Étnico-raciais e gênero: A identidade de professoras negras de Educação Básica em Tracuateua-PA**", sob a orientação da Profa. Dra. Raquel Amorim dos Santos.

Atenciosamente,

RUBENSILSO PROCÓPIO BRITO
Secretário da Faculdade de Educação
Portaria nº. 4562/2010-GR

EMEIF. ODILON HOLANDA PONTES
PÓLO IX - VILA SOCORRO
PORTARIA: Nº 49/2010

Direção
TRACUATEUA PA